

Ilmo. Sr. Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral Interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

**RECEBIDO**  
Em 09/02/2015  
às 17:40 hs  
08700.000763/15-60  
Protocolo/CADE

Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE/MJ  
PROTOCOLADO - 08700 - 09-Fev-2015-17:40 - 197

**J&F Investimentos S.A. ("J&F")**, empresa com sede na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, município e estado de São Paulo, e **Empresa Produtora de Energia Ltda. ("EPE")**, empresa com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, 15º Andar, Sala 1503, Edifício Centro Empresarial Paiaguás, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-000, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, por seus respectivos advogados (Docs. nº 01 e 02), vêm respeitosamente à presença de V.Sa. submeter a **operação por meio da qual a J&F pretende adquirir 1% e a subsidiária da J&F, Zetta Lighting S.A. ("Zetta Lighting") pretende adquirir 99% das quotas da EPE e da GasOcidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM"), atualmente detidas pela AEI CB Limited ("AEI CB") e pela EPE Holdings Ltd. ("EPE Holdings"). A operação também compreenderá a aquisição, pela EPE, de 99%, e, pela Zetta Lighting, de 1%, das ações da GasOriente Boliviano Ltda. ("GOB"), também detidas pela AEI CB e pela EPE Holdings.** A operação ora notificada dar-se-á na forma descrita no Anexo II à Resolução CADE nº 2, de 29.5.2012 ("Formulário CADE"), que faz parte integrante deste requerimento.

1. A submissão é feita com fundamento no critério de faturamento



estabelecido no art. 1º, incisos I e II, da Portaria Interministerial nº 994, de 30.5.2012, que alterou os valores constantes no art. 88, incisos I e II, da Lei nº 12.529, de 30.11.2011 (Lei nº 12.529/2011).

2. As Requerentes apresentam a operação após a assinatura do Contrato de Compra de Capital (*Stock Purchase Agreement*).

3. Conforme mencionado acima e detalhado no Formulário CADE que instrui a notificação, o Grupo J&F, por meio da **J&F** e da **Zetta Lighting S.A.**, pretende adquirir a totalidade das quotas da **EPE** e da **GOM**, atualmente pertencentes ao Grupo AEI. A operação também compreenderá a aquisição, pela **EPE**, de 99%, e, pela **Zetta Lighting**, de 1%, das ações da **GOB**, também detidas pela **AEI CB** e pela **EPE Holdings**.

4. **A operação não resultará em qualquer sobreposição horizontal ou integração vertical relevante** entre as atividades das Requerentes no Brasil, uma vez que o único ativo de geração de energia da **EPE** encontra-se alugado para um terceiro e que o Grupo J&F não atua em nenhum segmento relacionado ao gás natural, que é o segmento em que a **GOM** atua no Brasil. Trata-se, portanto, essencialmente, de mera substituição de agente econômico.

5. Por essa razão, requer-se, com base no inciso II do artigo 8º da Resolução CADE nº 2/2012, seja o presente ato analisado sob o **procedimento sumário**.

6. As Requerentes informam que fazem parte integrante deste Requerimento o **Formulário CADE** (o Anexo II a que se refere a Resolução CADE nº 2/2012), bem como os demais documentos a ele acostados e o anexo *cd-rom* em mídia não regravável.

7. Ainda, de acordo com o disposto no artigo 23 da Lei nº 12.529/2011, as Requerentes comprovam o recolhimento da taxa de submissão no valor de R\$ 45.000,00, conforme guia de recolhimento anexa à presente.

8. As Requerentes informam também que apresentam, nesta data, **requerimento de que seja franqueado acesso restrito** a determinadas informações e documentos ora notificados.


9. Por fim, as Requerentes colocam-se à inteira disposição dos D. Órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para fornecer quaisquer outros documentos ou informações relacionadas à operação que porventura se façam necessários à análise concorrencial do ato.

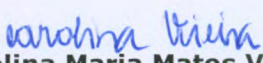
Termos em que, declarando que as informações prestadas são verdadeiras, requerendo, desde já, a aprovação da operação ora submetida sem quaisquer restrições.

P. deferimento


De São Paulo para Brasília, 9 de fevereiro de 2015


**Pela J&F:**

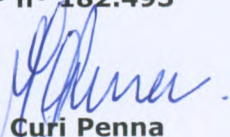
  
Maria Eugênia Novis  
OAB/SP nº 232.444

  
Carolina Maria Matos Vieira  
OAB/DF 20.322

**Pela EPE:**

  
Cristianne Saccab Zarzur  
OAB/SP nº 138.331

  
Lilian Barreira  
OAB/SP nº 182.493

  
Marina Curi Penna  
OAB/SP nº 328.984



**-- VERSÃO PÚBLICA --**

**ANEXO II**  
**FORMULÁRIO PROCEDIMENTO SUMÁRIO**  
**(RESOLUÇÃO CADE nº 2/2012)**

**ETAPA I – DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

**Apresentar um resumo da operação (até 500 palavras), especificando as partes na concentração, as respectivas áreas de atividade, a natureza da concentração (por exemplo, fusão, aquisição, joint venture etc.), os mercados em que a concentração produzirá algum impacto (destacando-se os principais mercados envolvidos), e a justificativa estratégica e econômica para a operação. O resumo deve ser elaborado de forma a não conter quaisquer informações confidenciais ou segredos comerciais.**

Por meio da presente operação, a **J&F Investimentos S.A. ("J&F")** pretende adquirir 1%, e a subsidiária da J&F, **Zetta Lighting S.A. ("Zetta Lighting")**, pretende adquirir 99% das quotas da **Empresa Produtora de Energia Ltda. ("EPE")** e da **GasOcidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM")**, atualmente detidas pela **AEI CB Limited ("AEI CB")** e pela **EPE Holdings Ltd. ("EPE Holdings")**. A operação também compreenderá a aquisição, pela **EPE**, de 99%, e, pela **Zetta Lighting**, de 1%, das ações da **GasOriente Boliviano Ltda. ("GOB")**, também detidas pela **AEI CB** e pela **EPE Holdings**<sup>1</sup>.

Em decorrência de algumas dívidas detidas pela **EPE**, pela **GOB** e pela **GOM** para com a **AEI CB**, a **EPE Holdings**, a **AEI Luxembourg Holdings, S.à r.l. ("AEI Luxembourg")** e a **AEI América do Sul Holding Ltda. ("AEI América do Sul")**, as empresas-objeto dessa operação passarão por uma reestruturação societária na data de fechamento (e antes da conclusão da operação), por meio da qual a **AEI Luxembourg** e a **AEI América do Sul** tornar-se-ão quotistas da **EPE**, e a

<sup>1</sup> Tendo em vista que essa parte da operação não estaria sujeita à aprovação obrigatória do CADE, nos termos da lei brasileira, e demais regulamentações do CADE, e uma vez que a **GOB** não possui atividades no Brasil, este formulário será focado na parcela da operação com efeitos no mercado brasileiro.



**AEI Luxembourg** tornar-se-á quotista da **GOM**. Portanto, a **AEI Luxembourg** e a **AEI América do Sul** também serão vendedoras nesse negócio.

A **EPE** e a **GOM** pertencem ao **Grupo AEI** ("**Grupo AEI**") e são as únicas empresas operacionais do **Grupo AEI** remanescentes no país, como será melhor explicado a seguir.

A **EPE** é proprietária de uma usina termelétrica localizada em Cuiabá ("UTE Cuiabá"), no estado do Mato Grosso, atualmente alugada para a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS ("Petrobrás"). Nesse sentido, é importante notar que a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para explorar tal planta também foi transferida para a Petrobrás. Portanto, as únicas atividades da **EPE** são a locação de tal usina e a prestação de serviços de manutenção e operação para a Petrobrás.

Em relação à **GOM**, sua única atividade é o transporte de gás natural por dutos, através do Gasoduto Bolívia – Mato Grosso. Como mencionado acima, a **GOB** não possui atividades no mercado brasileiro.

A **J&F**, empresa *holding* do Grupo J&F ("**Grupo J&F**"), detém participação societária em outras companhias que atuam nos segmentos de produtos alimentícios, couro, produtos de limpeza, higiene pessoal, subprodutos bovinos, serviços financeiros, florestamento e comercialização de madeira, pecuária, dentre outros. A **Zetta Lighting**, que também pertence ao **Grupo J&F**, é uma empresa recentemente constituída para ser uma *holding* e também para atuar no mercado de iluminação pública.

Embora o **Grupo J&F** possua algumas atividades relacionadas à geração de energia, a operação não resultará em qualquer sobreposição horizontal ou integração vertical, uma vez que a usina termelétrica da **EPE** está alugada para a Petrobrás e que o **Grupo J&F** não atua em nenhum segmento relacionado ao gás natural, que é o segmento em que a **GOM** atua no Brasil.

Sob a perspectiva do **Grupo AEI**, a operação encontra-se em linha com o plano de liquidação aprovado pelos acionistas da **AEI**, que demanda o desinvestimento de todos os ativos da referida empresa. Para o **Grupo J&F**, a operação é estrategicamente importante, uma vez que irá aumentar a presença do grupo no



setor de energia, iniciando sua atuação nessa fonte energética diversificada (gás natural) por meio de um ativo maduro e operacional.



<b>ETAPA II – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTES</b>	
<b>II.1. Informe os nomes (razão social, denominação, nome do estabelecimento, nome de fantasia), CNPJ e forma legal (S.A. de capital aberto, S.A. de capital fechado, Ltda. etc.) das partes diretamente envolvidas na operação.</b>	
<b>Compradores</b>	
<b>Requerente A – J&amp;F</b>	
<b>Nome:</b>	<b>J&amp;F Investimentos S.A. ("J&amp;F")</b>
<b>CNPJ/MF:</b>	00.350.763/0001-62
<b>Forma legal:</b>	Sociedade anônima de capital fechado
<b>Requerente B – Zetta Lighting</b>	
<b>Nome:</b>	<b>Zetta Lighting S.A. ("Zetta Lighting")</b>
<b>CNPJ/MF:</b>	21.308.456/0001-93
<b>Forma legal:</b>	Sociedade anônima
<b>Empresas-Objeto</b>	
<b>Requerente C – EPE</b>	
<b>Nome:</b>	<b>Empresa Produtora de Energia Ltda. ("EPE")</b>
<b>CNPJ/MF:</b>	01.645.009/0001-12
<b>Forma legal:</b>	Sociedade empresária limitada
<b>Requerente D – GOM</b>	
<b>Nome:</b>	<b>GasOcidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM")</b>
<b>CNPJ/MF:</b>	01.717.813/0001-60
<b>Forma legal:</b>	Sociedade empresária limitada
<b>Requerente E – GOB</b>	
<b>Nome:</b>	<b>GasOriente Boliviano Ltda. ("GOB")</b>



**CNPJ/MF:** Não aplicável (empresa estrangeira)  
**Forma legal:** *Sociedad de responsabilidad limitada*

**II.2. Apresente os endereços completos das partes diretamente envolvidas na operação (incluindo o CEP e o sítio eletrônico), e nome, números de telefone e fax, endereço eletrônico e cargo ocupado por representante técnico das empresas a ser contatado. Sempre que possível, informar o endereço da sede/representação das partes no Brasil.**

**Requerente A – J&F**

Endereço: Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, São Paulo -SP.  
Website: <http://jfinvest.com.br/>  
Contato: Humberto Junqueira de Farias  
Cargo: Diretor Presidente da **Zetta Lighting**  
E-mail: [humberto.farias@zettainfra.com.br](mailto:humberto.farias@zettainfra.com.br)  
Telefone: (11) 2505-0378  
Fax: não há.

\*Contato: Todas as comunicações relacionadas a esta notificação devem ser enviadas diretamente para Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, aos advogados indicados no item II.3 abaixo.

**Requerente B – Zetta Lighting**

Endereço: Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, São Paulo -SP.  
Website: <http://jfinvest.com.br/>  
Contato: Humberto Junqueira de Farias  
Cargo: Diretor Presidente da **Zetta Lighting**  
E-mail: [humberto.farias@zettainfra.com.br](mailto:humberto.farias@zettainfra.com.br)  
Telefone: (11) 2505-0378  
Fax: não há.

\*Contato: Todas as comunicações relacionadas a esta notificação devem ser enviadas diretamente para Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, aos advogados indicados no item II.3 abaixo.



**Requerente C – EPE**

Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, 15º Andar, Sala 1503, Edifício Centro Empresarial Paiaguás, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-000, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Website: <http://www.pantanalenergia.com.br/>

Contato: Petrus Rodrigues de Rosa

Cargo: Diretor

E-mail: [petrus.rosa@pantanalenergia.com.br](mailto:petrus.rosa@pantanalenergia.com.br)

Telefone: +55 (65) 3054-8310

Fax: não há.

\*Contato: Todas as comunicações relacionadas a esta notificação devem ser enviadas diretamente para Pinheiro Neto Advogados, às advogadas indicadas no item II.3 abaixo.

**Requerente D – GOM**

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, nº 3.770, Sala 216, Novo Distrito Industrial, CEP 78098-325, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Website: <http://www.gasocidentemt.com.br/>

Contato: Petrus Rodrigues de Rosa

Cargo: Diretor

E-mail: [petrus.rosa@pantanalenergia.com.br](mailto:petrus.rosa@pantanalenergia.com.br)

Telefone: +55 (65) 3614-2207

Fax: não há.

\*Contato: Todas as comunicações relacionadas a esta notificação devem ser enviadas diretamente para Pinheiro Neto Advogados, às advogadas indicadas no item II.3 abaixo.

**Requerente E – GOB**

Endereço: Calle 9, Este #87, Barrio Las Palmas, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia

Website: <http://www.gasorienteboliviano.com/>

Contato: Emilio A. Vicens



Cargo: *Gerente General* (Gerente Geral)  
E-mail: emilio.vicens@aeienergy.com  
Telefone: +1 (713) 345-5013  
Fax: +1 (713) 345-5272

\*Contato: Todas as comunicações relacionadas a esta notificação devem ser enviadas diretamente para Pinheiro Neto Advogados, às advogadas indicadas no item II.3 abaixo.

**II.3. Indique o(s) representante(s) legal(is) e endereço completo (incluindo telefone, fax, CEP, e endereço eletrônico).**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

**Representação legal:**

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados (os advogados indicados na Procuração anexa – Doc. nº 01).

**Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados**

Em São Paulo, endereço:

Avenida Faria Lima, 3144, 11º andar

01301-903, São Paulo, SP

Fax: (11) 3150-7071

Maria Eugênia Novis

OAB/SP 232.444

Telefone: (11) 3150.7469

E-mail: mnovis@machadomeyer.com.br

Beatriz Medeiros Navarro Santos

OAB/SP 357.577

Telefone: (11) 3150.7157

E-mail: bsantos@machadomeyer.com.br

**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

**Representação legal:**

Pinheiro Neto Advogados (os advogados indicados na Procuração anexa – Doc. nº 02).



**Pinheiro Neto Advogados**

Em São Paulo, endereço:

Rua Hungria, 1100

01455-000, São Paulo, SP

Fax: (11) 3247.8600

Cristianne Saccab Zarzur

Telefone: (11) 3247.8631

E-mail: czarzur@pn.com.br

Lilian Barreira Spina

Telefone: (11) 3247.8740

E-mail: lbarreira@pn.com.br

Marina Curi Penna

Telefone: (11) 3247.8912

E-mail: mpenna@pn.com.br

**II.4. Apresente os faturamentos brutos das partes diretamente envolvidas na operação, e de seus respectivos grupos econômicos (segundo definição do art. 4º da Resolução 02/2012), no Brasil e em todo o mundo (incluindo o Brasil) no ano fiscal anterior à operação.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

**Faturamento da J&F em 2013 (informação mais recente disponível):**

Não aplicável. A **J&F** é uma empresa holding atualmente<sup>2</sup> sem atividades operacionais e, portanto, não há receitas a serem informadas.

**Faturamento da Zetta Lighting:**

Não aplicável, uma vez que a **Zetta Lighting** foi constituída recentemente e não registrou qualquer faturamento até o momento.

---

<sup>2</sup> Apenas para fins de complementação, a J&F informa que, apesar de atualmente ser uma empresa sem atividades operacionais, está se reorganizando internamente para iniciar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio exterior (como por exemplo: importação de ureia), nenhuma das quais possui relação com as atividades desempenhadas pelas empresas-objeto.

**Faturamento do Grupo J&F em 2013 (informação mais recente disponível):**

Brasil: [ACESSO RESTRITO].

Mundo (exceto Brasil): [ACESSO RESTRITO].

**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

**Faturamento da EPE em 2014:**

Brasil: [ACESSO RESTRITO]

Mundo (exceto Brasil): não há.

**Faturamento da GOM em 2014:**

Brasil: [ACESSO RESTRITO]

Mundo (exceto Brasil): não há.

**Faturamento da GOB em 2014:**

Brasil: não aplicável.

Mundo: [ACESSO RESTRITO]

**Faturamento do Grupo AEI em 2014<sup>3</sup>:**

Brasil: [ACESSO RESTRITO]

Mundo (exceto Brasil): [ACESSO RESTRITO]

---

<sup>3</sup> [ACESSO RESTRITO]



**II.5. Indique os grupos econômicos a que pertencem as partes diretamente envolvidas na operação e forneça uma lista de todas as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado pertencentes aos grupos econômicos, com atividades no território nacional, informando: a) organograma com a estrutura societária das partes diretamente envolvidas na operação; b) organograma com a estrutura societária do grupo econômico a que tais partes pertencem.**

**II.5.1. Para fins de resposta a este e aos demais itens deste Anexo, considera-se grupo econômico, cumulativamente: a) as empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo; e b) as empresas nas quais qualquer das empresas da alínea "a" seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% (vinte por cento) do capital social ou votante.**

**II.5.2. No caso dos fundos de investimento, são considerados integrantes do mesmo grupo econômico para fins de resposta a este e aos demais itens deste Anexo, cumulativamente: a) o fundo envolvido na operação; b) os fundos que estejam sob a mesma gestão do fundo envolvido na operação; c) o gestor; d) os grupos dos cotistas, conforme definidos no item II.5.1., que detenham direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% das cotas dos fundos envolvidos na operação; e) as empresas controladas pelo fundo envolvido na operação e as empresas nas quais o referido fundo detenha direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social ou votante; e f) as empresas controladas pelos fundos que estejam sob a mesma gestão do fundo envolvido na operação e as empresas nas quais esses fundos detenham direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital ou social ou votante.**

**Observação: No que diz respeito aos agentes incluídos nas alíneas "b" e "f" do item II.5.2., fornecer listagem e demais informações somente dos fundos e empresas que sejam horizontal ou verticalmente relacionados às atividades objeto da operação, segundo CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

**A J&F e a Zetta Lighting pertencem ao Grupo J&F.**



Os organogramas da **J&F**, da **Zetta Lighting** e do **Grupo J&F** encontram-se acostados ao presente requerimento como Doc. nº 03 [DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO].

A lista das empresas do **Grupo J&F** com atividades no Brasil é fornecida a seguir:

- Agil Armazéns Gerais Imbituba Ltda.
- Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
- Agrovêneto Comércio Exterior Ltda. (não operacional)
- Ampla Infraestrutura e Construções Ltda.
- Avebom – Indústria de Alimentos Ltda.
- Banco Original do Agronegócio S.A.
- Banco Original S.A.
- Baumhardt Comércio e Participações Ltda.
- Beef Snacks Brasil Indústria e Comércio Alimentos S.A.
- Biocamp Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Biodiesel Ltda.
- Brasil Agrosec Companhia Securitizadora
- Braslo Produtos de Carnes Ltda.
- Brazservice Wet Leather S.A.
- Canal Rural Produções Ltda.
- Comércio e Indústria de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda.
- DaGranja Agroindústria Ltda.
- Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.
- DBF Participações Societárias Ltda.
- Eldorado Brasil Celulose S.A.
- Enersea Com. de Energia Ltda.
- Excelsior Alimentos S.A.
- FB Participações S.A.
- FG Holding III Ltda. (atual denominação de Clayton Foods Tecnologia de Alimentos Ltda.)
- FG Holding IV S.A.
- Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda.
- Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.
- Original Asset Management Ltda.) Forsix Administração de Recursos Ltda. (nova denominação JAM Administradora de Recursos Ltda.)
- Frigorífico Mabella Ltda.



- Granja Eleven Ltda.
- Ibirapuera Avícola Ltda.
- Itambé Alimentos S.A.
- J&F Floresta Agropecuária Ltda. (atual denominação de JBS Agropecuária Ltda.)
- J&F Incorp. de Emp. Imobiliários Ltda.
- J&F Investimentos S.A.
- J&F Participações Ltda.
- JBS Austria Holding S.A.
- JBS Aves Ltda.
- JBS Confinamento Ltda.
- JBS Embalagens Metálicas Ltda.
- JBS Foods S.A.
- JBS Global Meat S.A.
- JBS Holding International S/A
- JBS Promotora Ltda.
- JBS S.A.
- MAS do Brasil Participações Ltda.
- MAS Frangos Participações Ltda.
- MBL Alimentos S.A.
- Meat Snack Partners do Brasil Ltda.
- Midtown Participações Ltda.
- Original Investimentos Imobiliários Ltda. (atual denominação de Pecos Administradora de Recursos Ltda.)
- Original Negócios Agropecuários Ltda. (atual denominação de JBS Negócios Agropecuários Ltda.)
- Penasul Alimentos Ltda.
- Prontodelis Indl. e Coml. de Alimentos Ltda.
- Protinal Participações Ltda.
- Rishis Empreendimentos e Participações S.A.
- Seara Alimentos Ltda.
- Secculum Participações Ltda.
- Sul Valle Alimentos Ltda.
- Tyson do Brasil
- Tannery do Brasil S.A.
- Timber Holdings S.A.
- União Frederiquense Participações Ltda.



- Vigor Alimentos S.A.
- Zetta Ambiental S.A.
- Zetta Des. Urbano S.A.
- Zetta Engenharia S.A.
- Zetta Infraestrutura e Participações S.A.
- Zetta Lighting S.A.
- Zetta Log. S.A.

#### **Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

A **EPE**, a **GOM** e a **GOB** pertencem ao **Grupo AEI**.

Os organogramas da **EPE**, da **GOM**, da **GOB** e do **Grupo AEI** encontram-se acostados ao presente requerimento como Doc. nº 04 [**DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO**].

A lista das empresas do **Grupo AEI** com atividades no Brasil é fornecida a seguir<sup>4</sup>:

- AEI América do Sul Holding Ltda.;
- EPE; e
- GOM

#### **II.6. Informe a nacionalidade de origem dos grupos indicados no item II.5**

##### **Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

O **Grupo J&F** é brasileiro.

##### **Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

O **Grupo AEI** é das Ilhas Cayman.

---

<sup>4</sup>[**ACESSO RESTRITO**]



**II.7. Informe as operações realizadas durante os últimos cinco anos pelas pessoas listadas no item II.5, e as respectivas decisões do CADE, quando for o caso.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

O **Grupo J&F** participou, no Brasil, desde o ano de 2009, dos seguintes Atos de Concentração analisados pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência:

- Ato de Concentração nº 08012.008074/2009-11. Associação promovida pelos acionistas de JBS e Bertin para a combinação dos negócios das duas empresas. Aprovado pelo CADE em 17.4.2013;
- Ato de Concentração nº 08012.010582/2010-95. Constituição de *joint venture* entre JBS e Link Snack para a produção de alimentos à base de carne. Aprovado pelo CADE em 24.11.2010;
- Ato de Concentração nº 08012.007130/2011-15. Aquisição, pela JBS, da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Matone e, indiretamente, da totalidade das ações e quotas representativas do capital social da Bem Vindo e da Matone Promotora. Aprovado pelo CADE em 31.8.2011;
- Ato de Concentração nº 08012.012023/2011-09. Aquisição, pela Flora, de ativos relacionados à produção e comercialização de sabão em pó, detergentes líquidos e inseticidas antes detidos pela Hypermarcas. Aprovado pelo CADE em 25.1.2012;
- Ato de Concentração nº 08012.002149/2012-48. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica previamente detida pela MJE Administração de Bens Ltda. Aprovado pelo CADE em 17.4.2013;
- Ato de Concentração nº 08012.002148/2012-01. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica previamente detida pela JEMA Participações Ltda. Aprovado pelo CADE em 17.4.2013;
- Ato de Concentração nº 08012.003367/2012-08. Aquisição, pela JBS, de unidades frigoríficas previamente detidas por FR Participações Ltda.



Aprovado pelo CADE em 17.4.2013;

- Ato de Concentração nº 08012.005963/2012-14. Locação pela, JBS, de ativos da Doux-Frangosul. Aprovado pelo CADE em 29.8.2012;
- Ato de Concentração nº 08700.004226/2012-46. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica em Ponta Porã/MS e de dois centros de distribuição localizados em São José dos Pinhais/PR e em Itajaí/SC e pertencentes à Tiroleza Alimentos Ltda. e Rodo GS – Transportes e Logística Ltda. Aprovado pelo CADE em 17.04.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.004230/2012-12. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica em Juara/MT e de unidade de curtume em Colider/MT, previamente detida pela SSB Administração e Participações Ltda. Aprovado pelo CADE em 17.4.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.000538/2013-61. Aquisição, pela JBS Aves Ltda., dos ativos ou totalidade de ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 7.2.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.001936/2013-03. Aquisição do Canal Rural Produções Ltda. pela J&F Investimentos S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 13.3.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.002148/2013-26. Subscrição de novas ações da Itambé Alimentos S.A. pela Vigor Alimentos S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 27.5.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.004337/2013-33. Aquisição pela JBS de unidade frigorífica localizada em Ana Rech/RS previamente detida pela BRF S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 3.6.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.004778/2013-35. Cessão e transferência de marcas e fundo de comércio pela Bracol Holding Ltda. à J&F Investimentos S.A. Aprovado pelo CADE em 11.9.2013;



- Ato de Concentração nº 08700.006153/2013-08. Aquisição pela JBS da unidade de negócios Seara Brasil previamente detida pela Marfrig Alimentos S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 12.9.2013;
- Ato de Concentração nº 08700.010688/2013-83. Arrendamento pela JBS de unidades frigoríficas pertencentes à Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Forte Empreendimentos e Participações Ltda. Aprovado pelo Tribunal do CADE em 20.8.2014;
- Ato de Concentração nº 08700.000811/2014-39. Aquisição pela JBS da totalidade das quotas representativas do capital social de Comércio e Indústria de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda. e de aquisição de imóvel detido pela RTPAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. localizado em Rio Grande da Serra/SP. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 30.5.2014;
- Ato de Concentração nº 08700.002097/2014-13. Aquisição pela JBS da totalidade das ações representativas do capital social da Frinal S/A – Frigorífico e Integração Avícola. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 4.4.2014;
- Ato de Concentração nº 08700.004988/2014-04. Aquisição pela JBS Aves Ltda. da totalidade das ações representativas do capital social da DBF Participações Societárias Ltda.. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 21.7.2014;
- Ato de Concentração nº 08700.006457/2014-56. Aquisição pela Seara Alimentos Ltda. dos ativos da Céu Azul Alimentos Ltda., Céu Azul Avicultura Ltda., PAFIR – Agropecuária e Participações Ltda. e F.M. Agropecuária e Participações Societárias Ltda. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 6.10.2014;
- Ato de Concentração nº 08700.008009/2014-97. Aquisição pela JBS S.A. da Tyson do Brasil Alimentos Ltda.. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 24.10.2014;



- Ato de Concentração nº 08700.009055/2014-03. Aquisição pela Vigor Alimentos S.A. de 50% das ações representativas do capital social da Dan Vigor, anteriormente detidas pela Arla Foods International S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 19.11.2014; e
- Ato de Concentração nº 08700.010549/2014-30. Aquisição pela JBS Aves Ltda. da AMSE02 Participações Ltda., sociedade que detém a integralidade do capital social das empresas Big Frango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Nutribig Administração e Participações Sociais S.A. e Agrícola Jandelle S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 14.1.2015.

Além dos Atos de Concentração listados acima, as seguintes operações realizadas durante os últimos anos, não submetidas ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, foram aprovadas pelo CADE, em sessão de julgamento realizada em 17.4.2013, e multadas em virtude da intempestividade da submissão:

- Contrato de arrendamento de unidade frigorífica em Rio Branco/AC celebrado com Pinheiros e Medeiros Indústria e Comércio de Carnes e Derivados e Serviços Ltda.;
- Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Cuiabá/MT e São José dos Quatro Marcos/MT celebrados com Quatro Marcos Ltda.;
- Contrato de arrendamento de unidades de curtume celebrado com BMZ Couros Ltda.;
- Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Várzea Grande/MT e Juara/MT e aquisição de unidade frigorífica em Matupá/MT celebrados com Pantanal Indústria e Comércio de Carnes Ltda. e outros.;
- Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Colíder/MT e Juína/MT celebrados com FR Participações Ltda.;
- Contrato de arrendamento de unidade frigorífica em Coxim/MS celebrado com River Alimentos Ltda.; e



- Contrato de arrendamento de unidades frigoríficas em Eldorado dos Carajás/PA, Altamira/PA, Açailândia/MA e Novo Repartimento/PA celebrado com Distribuidora de Carnes Equatorial Ltda.

**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

O **Grupo AEI** realizou as seguintes operações nos últimos cinco anos, no Brasil:

- **Ato de Concentração nº 08012.000621/2011-27**, envolvendo a aquisição, pela Iberdrola Brasil, da totalidade do capital social direto e indireto detido pela AEI na Elektro. A operação foi aprovada pelo CADE sem restrições em 6.4.2011.
- **Ato de Concentração nº 08012.000318/2010-43**, envolvendo a aquisição, pelo Grupo AEI, da participação societária detida pelo Grupo Shell em certas empresas com atividades no mercado de eletricidade. A operação foi aprovada pelo CADE sem restrições em 3.3.2010.
- Venda de participação societária minoritária detida pelo **Grupo AEI** na YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda., na YPFB Transporte S.A., na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e na Gas Transboliviano S.A., para o Energy Fund XV, L.P., o Energy Fund XV-A, L.P. e o Energy Fund XV-B, em 4.5.2012. A operação não foi apresentada ao CADE tendo em vista que os critérios legais de submissão não foram atingidos à época.

**II.8. Informe todas as atividades econômicas desempenhadas pelas partes diretamente envolvidas na operação, no Brasil, indicando o faturamento bruto obtido com cada uma das atividades no ano fiscal anterior ao da apresentação da notificação. Classifique-as segundo a CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual**



#### Requerente A – J&F

A **J&F** é uma empresa *holding* atualmente<sup>5</sup> sem atividades operacionais que investe em outras empresas ativas nos segmentos de produtos alimentícios, couro, produtos de limpeza, higiene pessoal, subprodutos bovinos, serviços financeiros, florestamento e comercialização de madeira, pecuária, entre outros.

Referidas atividades podem ser classificadas segundo o CNAE sob os seguintes códigos:

64.62-0-00 - *Holdings de instituições não-financeiras*

74.90-1-99 - *Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente*

46.91-5-00 - *Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios*

46.93-1-00 - *Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários*

#### Requerente B – Zetta Lighting

A **Zetta Lighting** é uma empresa recém constituída e suas atividades podem ser classificadas segundo o CNAE sob os seguintes códigos:

64.62-0-00 - *Holdings de instituições não-financeiras*

42.13-8-00 - *Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas*

#### Requerente C – EPE

Como explicado acima, a **EPE** é proprietária da uma usina termelétrica localizada em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, atualmente alugada para a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS ("Petrobrás"). Portanto, as únicas atividades da **EPE** são a locação de tal usina e a prestação de serviços de manutenção e operação, que podem ser classificadas segundo o CNAE sob os seguintes códigos:

3314-7/05 *Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais*

Faturamento em 2014: [**ACESSO RESTRITO**].

<sup>5</sup> Favor referir-se à nota de rodapé nº 2 acima.



7739-0/99 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador  
Faturamento em 2014: [ACESSO RESTRITO].

**Requerente D – GOM**

A **GOM** atua com o transporte de gás natural por dutos, através do gasoduto Bolívia – Mato Grosso, podendo ser classificada segundo o CNAE sob o seguinte código:

4940-0/00 Transporte dutoviário

Faturamento em 2014: [ACESSO RESTRITO].

**Requerente E – GOB**

A **GOB** não realiza atividades no Brasil.

**II.9. Informe todas as atividades econômicas desempenhadas pelas demais empresas que fazem parte dos grupos econômicos envolvidos na operação, no Brasil. Classifique-as segundo a CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

A tabela abaixo contém a lista de empresas pertencentes ao **Grupo J&F** com atividades no Brasil e a classificação de tais atividades de acordo com o código CNAE 2.0:

Empresa	Código CNAE
Agil Armazéns Gerais Imbituba Ltda.	52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant
Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	10.12-1-01 - Abate de aves (Abate de aves e indústria de alimentos)



Empresa	Código CNAE
Agrovêneto Comércio Exterior Ltda. (não operacional)	46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados 10.66-0-00 - Fabricação de alimentos para animais 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 46.34-6-02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados 46.34-6-99 - Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais
Ampla Infraestrutura e Construções Ltda. (em trâmite a alteração de sua denominação para Zetta Energia S.A.)	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Avebom - Indústria de Alimentos Ltda.	10.12-1-01: Abate de aves
Banco Original do Agronegócio S.A.	64.22-1-00 - Bancos múltiplos com carteira comercial
Banco Original S.A.	64.22-1-00 - Bancos múltiplos com carteira comercial
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	70.20-4-00 - Atividades de Consultoria e Gestão Empresarial, exceto consultoria técnica e específica
Beef Snacks Brasil Indústria e Comércio Alimentos S.A.	10.13-9-01 - Fabricação de produtos de Carne 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiro, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 10.32-5-99 - Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito 46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados 10.11-2-01 - Frigorífico - abate de bovinos
Biocamp Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Biodiesel Ltda.	19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool 20.29-1-00 - Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente 20.99-1-99 - Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente 46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente 46.22-2-00 - Comércio atacadista de soja
Brasil Agrosec Companhia Securitizadora	64.92-1-00 - Securitização de créditos



Empresa	Código CNAE
Braslo Produtos de Carnes Ltda.	10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne (Indústria de alimentos)
Brazservice Wet Leather S.A.	15.10-6-00 - Curtimento e outras preparações de couro
Canal Rural Produções Ltda.	59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
Comércio e Indústria de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda.	10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias 46.37-1-05 - Comércio atacadista de massas alimentícias 73.19-0-02 - Promoção de vendas 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
DaGranja Agroindústria Ltda.	01.55-5-02 - Produção de pintos de um dia
Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.	10.52-0-00 - Fabricação de laticínios
DBF Participações Societárias Ltda.	64.62-0-00: Holding de instituições não financeiras.
Eldorado Brasil Celulose S.A.	17.10-9-00 - Fabricação de celulose e outras pastas para fabricação de papel 02.10-1-01- Cultivo de eucalipto 02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas 02.10-1-06 - Cultivo de mudas em viveiros florestais 02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestas 17.21-4-00 - Fabricação de papel 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica 68.10-2-02 - Aluguéis de imóveis próprios 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
Enersea Com. de Energia Ltda.	35.13-1-00 - Comércio atacadista de energia elétrica
Excelsior Alimentos S.A.	10.12-1-03 - Frigorífico - abate de suínos, aves, fabricação de produtos de carne, preparação dos subprodutos do abate.



Empresa	Código CNAE
FB Participações S.A.	64.62-0-00 - Holding de instituições não financeiras
FG Holding III Ltda. (atual denominação de Clayton Foods Tecnologia de Alimentos Ltda.)	46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
FG Holding IV S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda.	82.19-9-99 - Preparação de documento e serviços especializados de apoio administrativo não especificado anteriormente
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	20.61-4-00 Fabricação de sabões e detergentes sintéticos 46.49-4-08 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar. 20.63-1-00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 73.19-0-02 - Promoção de vendas
Original Asset Management Ltda.	66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
Frigorífico Mabella Ltda.	10.12-1-03 - Frigorífico - abate de suínos, aves, fabricação de produtos de carne, preparação dos subprodutos do abate.
Granja Eleven Ltda.	01.55-5-05 - Produção de ovos 01.55-5-02 - Produção de pintos de um dia 02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte 01.55-5-01 - Criação de frangos para corte 01.55-5-03 - Criação de outros galináceos, exceto para corte
Ibirapuera Avícola Ltda.	01.55-5-02 - Produção de pintos de um dia
Itambé Alimentos S.A.	10.52-0-00 - Fabricação de laticínios 46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios
J&F Floresta Agropecuária Ltda. (atual denominação de JBS Agropecuária Ltda.)	01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte
J&F Incorp. de Emp. Imobiliários Ltda.	41.20-4-00 - Construção de edifícios
J&F Investimentos S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras



Empresa	Código CNAE
J&F Participações Ltda.	64.61-1-00- Holdings de instituições financeiras
JBS Austria Holding S.A.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
JBS Aves Ltda.	10.12-1-01 - Abate de aves
JBS Confinamento Ltda.	01.51-2-01 - Criação de Bovinos para corte.
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	25.61-8-00 - Fabricação de embalagens metálicas 4634-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados 10.32-5-99 - Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito 10.11-2-01 - Frigorífico - abate de bovinos 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
JBS Foods S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 52.12-5-00 - Carga e descarga 52.50-8-03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo 52.32-0-00 - Atividades de agenciamento marítimo 52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga 52.50-8-05 - Operador de transporte multimodal - OTM 52.31-1-02 - Operações de terminais 46.17-6-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo 52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.50-3-01 - Administração de caixas escolares 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
JBS Global Meat S.A.	64.62-0-00 - Holding de instituições não financeiras



Empresa	Código CNAE
JBS Holding International S/A	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
JBS Promotora Ltda.	82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
JBS S.A.	10.11-2-01 - Frigoríficos- Abate de bovinos 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne 10.13-9-02 - Preparação de subprodutos do abate 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudança, intermunicipal interestadual e internacional 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças e municipal 15.10-6-00 - Curtimento e outras preparações do couro 46.23-1-02 - Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal 20.63-1-00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 20.61-4-00 - Fabricação de sabões e detergentes sintéticos 20.62-2-00 - Fabricação de produtos e limpeza e polimento 46.49-4-08- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
MAS do Brasil Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
MAS Frangos Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
MBL Alimentos S.A.	01.54-7-00 - Criação de suínos
Meat Snack Partners do Brasil Ltda.	10.13-9-01 - Fabricação de produtos de Carne 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
Midtown Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings



Empresa	Código CNAE
Original Investimentos Imobiliários Ltda. (atual denominação de Pecus Administradora de Recursos Ltda.)	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
Original Negócios Agropecuários Ltda. (atual denominação de JBS Negócios Agropecuários Ltda.)	74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
Penasul Alimentos Ltda.	10.12-1-01 - Abate de aves (Abate de aves e indústria de alimentos)
Prontodelis Indl. e Coml. de Alimentos Ltda.	47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
Protinal Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
Seara Alimentos Ltda.	46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados (abate de aves, suínos e indústria de alimentos)
Secculum Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
Sul Valle Alimentos Ltda.	10.12-1-03 - Frigorífico - abate de suínos 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne 10.13-9-02 - Preparação de subprodutos do abate 01.54-7-00 - Criação de suínos
Tyson do Brasil	01.55-5/01 - Criação de frangos para corte 01.55-5/02 - Produção de pintos de um dia 10.66-0/00 - Fabricação de alimentos para animais 01.55-5/05 - Produção de ovos 10.12-1-01 - Abate de aves 46.34-6/02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados 46.39-7/01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral



Empresa	Código CNAE
Tannery do Brasil S.A.	15.10-6-00 - Curtimento e outras preparações de couro 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
Timber Holdings S.A.	64.62-0-00 - Holding de instituições não financeiras
União Frederiquense Participações Ltda.	64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
Vigor Alimentos S.A.	10.99-6-99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
Zetta Ambiental S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
Zetta Des. Urbano S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas



Empresa	Código CNAE
Zetta Engenharia S.A.	43.99-1-01 - Administração de obras 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
Zetta Infraestrutura e Participações S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
Zetta Lighting S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
Zetta Log. S.A.	64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas



**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

Além da **EPE** e da **GOM**, a **AEI America do Sul** é a única empresa remanescente do **Grupo AEI** com atividades no Brasil. Nesse sentido, é importante observar que a **AEI America do Sul** não possui quaisquer outras atividades além de ser proprietária de imóveis e deter uma dívida a quitada pela **EPE**.

Como mencionado acima, a **GOB** não possui atividades no mercado brasileiro.

**II.10. Forneça uma lista de todas as empresas com atividades no território nacional, segundo CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual, que sejam horizontal ou verticalmente relacionadas às atividades objeto da operação, nas quais pelo menos um dos integrantes do grupo detenha participação igual ou superior a 10% no capital social ou votante. Na resposta, apresente também o organograma da estrutura societária das empresas que se enquadram nesse critério.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

A Eldorado Brasil Celulose S.A., empresa já informada no item II.9 acima, é a única empresa em que o Grupo J&F possui participação acima de 10% e que atua em atividades relacionadas ao objeto da presente operação, fato que será melhor detalhado na Seção V abaixo.

**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

Nenhuma além da **EPE** e da **GOM**.

**II.11. No que diz respeito às empresas referidas nas respostas aos itens II.5 e II.10, forneça uma lista dos membros dos seus órgãos de gestão que sejam igualmente membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização de quaisquer outras empresas atuantes nas mesmas atividades econômicas, conforme CNAE 2.0 a 7 dígitos, indicando tais empresas.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

Não há.



**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

Não há.



### ETAPA III – ELEMENTOS RELATIVOS À OPERAÇÃO

**III.1. Informe se esta notificação refere-se à primeira apresentação. Caso negativo, informe o motivo pelo qual o ato está sendo reapresentado/emendado.**

Trata-se da primeira notificação da operação.

**III.2. Descreva a operação notificada, indicando:**

**a) Se a operação projetada consiste em um(a):**

- 1. fusão;**
- 2. aquisição de controle;**
- 3. aquisição de quotas/ações sem aquisição de controle;**
- 4. consolidação de controle;**
- 5. aquisição de ativos;**
- 6. incorporação;**
- 7. joint venture clássica (criação de empresa para explorar outro mercado);**
- 8. joint venture concentracionista (criação de empresa para explorar mercado já explorado pelas empresas associadas);**
- 9. outra forma de operação não coberta pelas alternativas anteriores (especificar);**

O negócio proposto corresponde a uma: **(2) aquisição de controle.**

Nos termos do Contrato de Compra de Capital (*Stock Purchase Agreement* – “Contrato”), o **Grupo J&F** adquirirá o controle de duas empresas-objeto, a **EPE** e a **GOM**, e adquirirá também uma participação minoritária na **GOB**, da seguinte forma:

- (i) A **J&F** pretende adquirir 1% e a **Zetta Lighting** pretende adquirir 99% das quotas da **EPE**;
- (ii) A **J&F** pretende adquirir 1% e a **Zetta Lighting** pretende adquirir 99% da **GOM**, também atualmente detidas pela **AEI CB** e **EPE Holdings**;
- (iii) A operação compreenderá, ainda, a aquisição, pela **EPE**, de 99% e, pela **Zetta Lighting**, de 1% das quotas da **GOB**, também detidas atualmente pela **AEI CB** e pela **EPE Holdings**.



**b) Se a operação abrange, total ou parcialmente, as atividades das partes.**

O negócio compreende a totalidade das atividades da **EPE** e da **GOM**.

**c) O valor da operação e a forma de pagamento.**

[ACESSO RESTRITO]

**d) No caso de aquisição de ativos, todos esses ativos, tangíveis e/ou intangíveis. No caso dos ativos tangíveis, indicar também suas localizações (endereço e CEP).**

Não aplicável, a operação refere-se à aquisição, pela **Zetta Lighting**, de 99%, e, pela **J&F**, de 1%, das quotas da **EPE** e da **GOM**, e da aquisição, pela **EPE**, de 99% e, pela **Zetta Lighting**, de 1% das quotas da **GOB**.

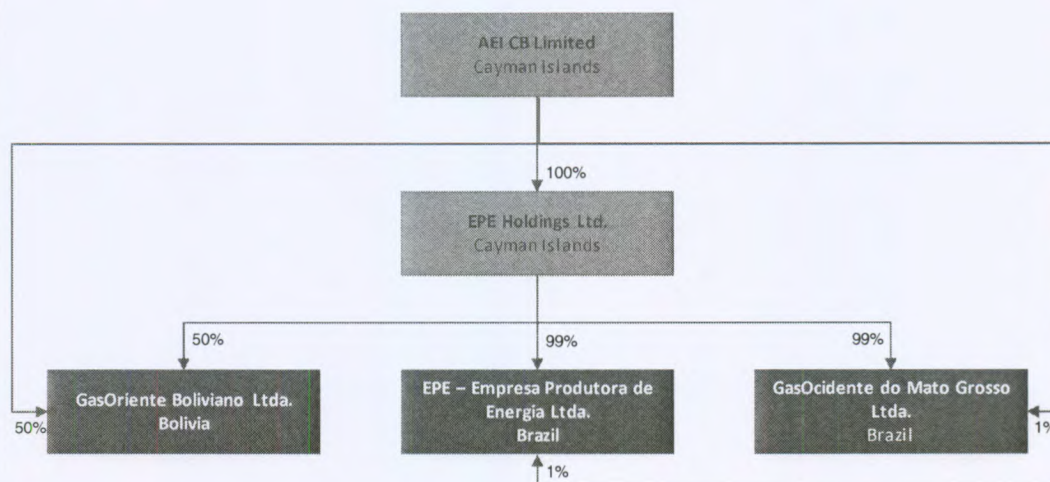
**e) No caso de aquisição de participação societária, o dispositivo da Seção III desta Resolução no qual a operação se enquadra.**

A operação refere-se à aquisição, pela **J&F** e pela **Zetta Lighting**, do controle total da **EPE**, **GOM** e **GOB** (artigo 9, I, da Resolução nº 2/2012 do CADE). Como explicado acima, a aquisição das quotas da **GOB** não estaria sujeita à aprovação obrigatória do CADE nos termos da lei brasileira e demais regulamentação do CADE.

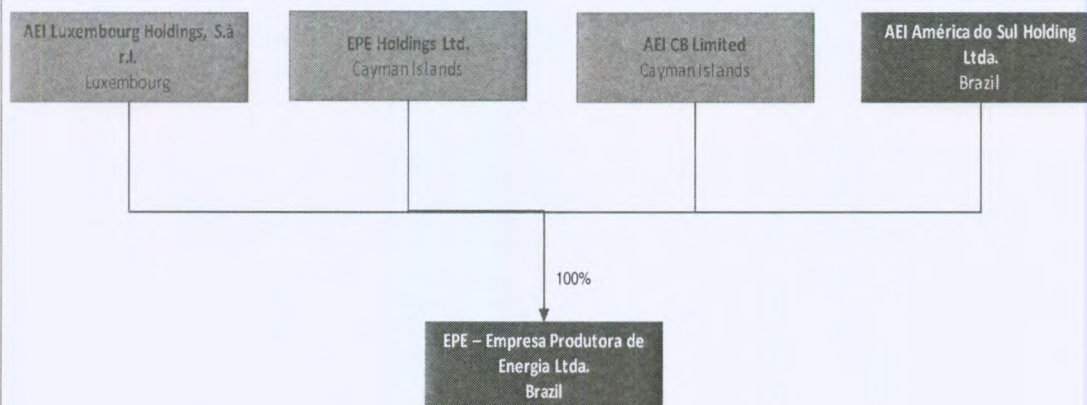
**f) A estrutura societária da empresa alvo, antes e após a realização da operação, ou da nova empresa formada. As informações deste item devem ser ilustradas com a utilização de mapas, organogramas e diagramas.**



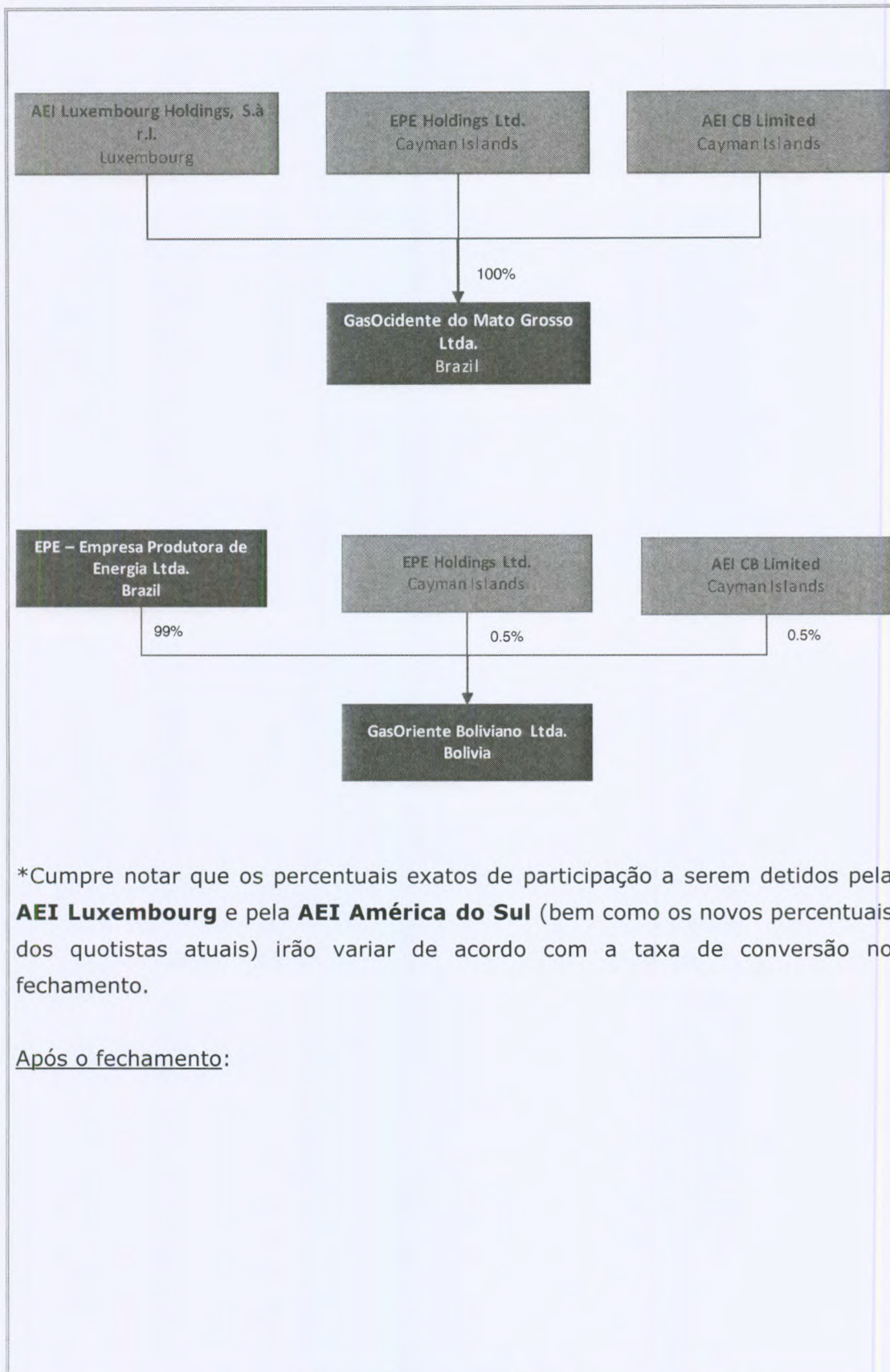
Antes do fechamento:



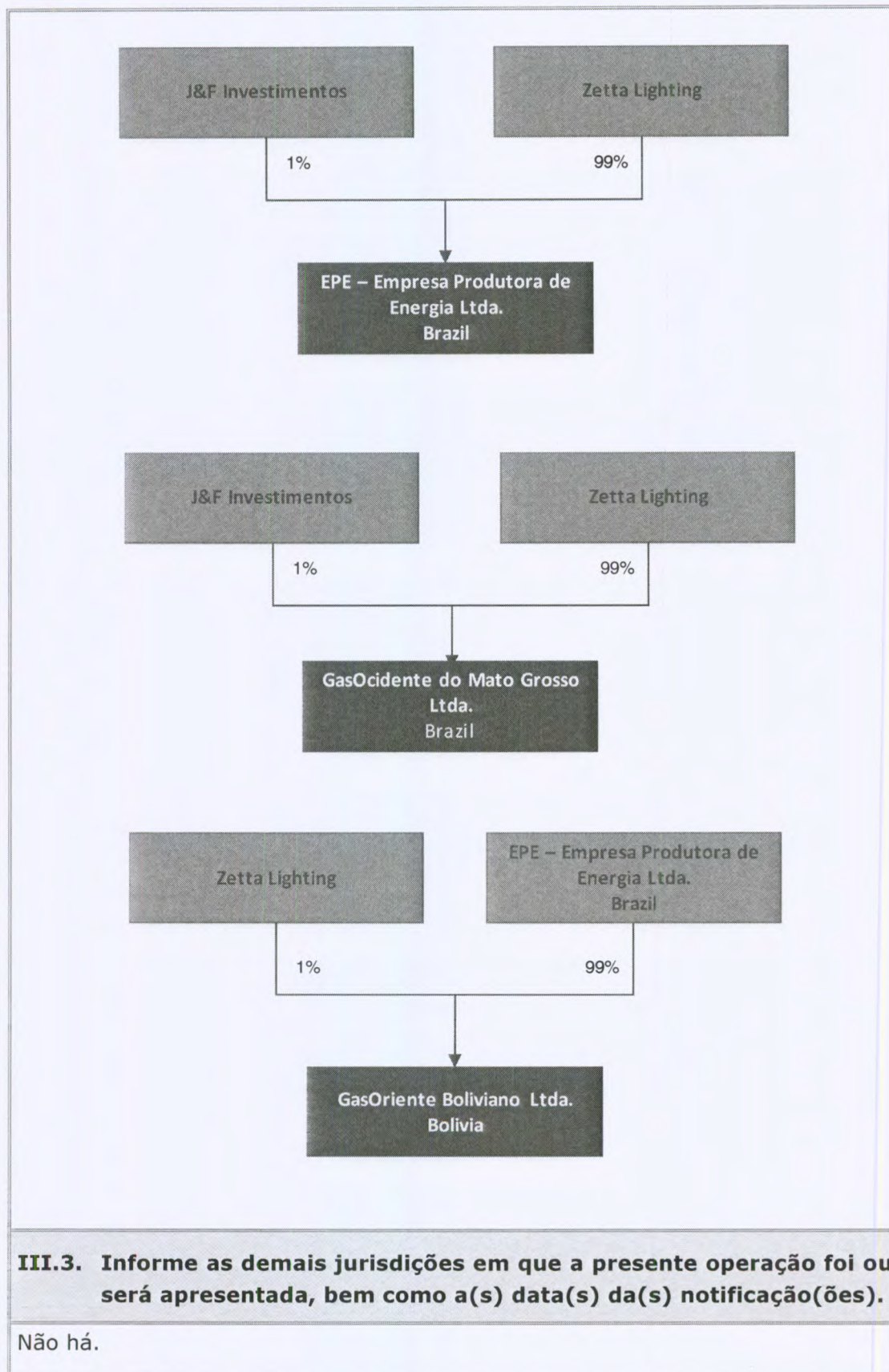
Após a reestruturação societária (no fechamento):













**III.4. Especifique se a operação está sujeita à aprovação de outros órgãos reguladores no Brasil ou no exterior.**

A operação também está sujeita à aprovação da *Agencia Nacional de Hidrocarburos* da Bolívia. Adicionalmente, o Comprador comunicará a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") sobre a operação, antes do Fechamento.

**III.5. Descreva a justificativa econômica e/ou estratégica para a operação.**

Sob a perspectiva do **Grupo AEI**, a operação encontra-se em linha com o plano de liquidação aprovado pelos acionistas da **AEI**, que demanda o desinvestimento de todos os ativos da referida empresa. Para o **Grupo J&F**, a operação é estrategicamente importante, uma vez que irá aumentar a presença do referido grupo no setor de energia, iniciando sua atuação nessa fonte energética diversificada (gás natural), por meio de um ativo maduro e operacional. Nesse sentido, o **Grupo J&F** acredita que a importância do gás natural aumentará em relação às demais fontes nacionais de energia, tratando-se de uma oportunidade para participar de tal expansão.

**III.6. Informe se a operação contempla cláusulas restritivas à concorrência (por exemplo, cláusulas de não concorrência ou de exclusividade). Caso afirmativo, apresentar tais cláusulas, indicando sua localização nos documentos relativos à operação, bem como sua justificativa econômica.**

Não há.



**ETAPA IV - DOCUMENTAÇÃO**

**IV.1. Apresente cópia da versão final ou mais recente de todos os instrumentos contratuais relativos à realização da operação, listando os respectivos anexos relevantes para a análise antitruste.**

Cópias do Contrato (incluindo todos os anexos a serem celebrados antes do ou no fechamento) e de sua tradução para português encontram-se anexas a este formulário como Docs. nº 05 e 06, respectivamente. **[DOCUMENTOS DE ACESSO RESTRITO]**

**IV.2. Apresente cópias de acordos de não concorrência e de acionistas, se houver.**

Não há.

**IV.3 Apresente uma lista contendo a relação de todos os demais documentos que tenham sido criados em decorrência da operação.**

**[ACESSO RESTRITO]**

**IV.4. Apresente cópia mais recente do relatório anual e/ou das demonstrações financeiras auditadas das partes diretamente envolvidas na operação e dos respectivos grupos econômicos.**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

As demonstrações financeiras da **J&F** para o ano de 2013 encontram-se anexas a este formulário como Doc. nº 07 **[DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO]**.

A **Zetta Lighting** é uma empresa constituída recentemente e não possui demonstração financeira disponível neste momento.

**Requerentes B, C e D – EPE, GOM e GOB**

Cópias das demonstrações financeiras da **EPE**, da **GOM** e da **GOB** de 2013 encontram-se anexas como Docs. nº 08, 09 e 10 **[DOCUMENTOS DE ACESSO RESTRITO]**.



O **Grupo AEI** não prepara demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, por essa razão, respeitosamente requer a dispensa da obrigação de fornecer tal documento.



<b>ETAPA V – DEFINIÇÃO DO(S) MERCADO(S) RELEVANTE(S)</b>	
<b>V.1.</b>	<b>Informe e descreva todas as linhas de produtos comercializados e/ou serviços prestados no Brasil pelas partes diretamente envolvidas na operação.</b>
<b>Requerente A – J&amp;F</b>	
Vide item II.8 acima.	
<b>Requerente B – Zetta Lighting</b>	
Vide item II.8 acima.	
<b>Requerente C – EPE</b>	
Vide item II.8 acima.	
<b>Requerente D – GOM</b>	
Vide item II.8 acima.	
<b>Requerente E – GOB</b>	
Vide item II.8 acima.	
<b>V.2.</b>	<b>Informe todas as linhas de produtos comercializados e/ou serviços prestados no Brasil pelas demais empresas que fazem parte dos grupos econômicos envolvidos na operação.</b>
<b>Requerentes A e B – J&amp;F e Zetta Lighting</b>	
Vide item II.9 acima.	
<b>Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB</b>	
Vide item II.9 acima.	



**V.3. Identifique todas as linhas de produtos e/ou serviços em que poderiam ser verificadas sobreposições horizontais, verticais e/ou complementares decorrentes da presente operação.**

A operação **não resultará em qualquer sobreposição horizontal ou integração vertical substancial** em qualquer definição possível do mercado relevante, como será melhor explicado a seguir.

A **EPE** é proprietária de uma usina termelétrica localizada em Cuiabá (UTE Cuiabá), no estado do Mato Grosso, atualmente alugada para a Petrobrás. Portanto, **as únicas atividades da EPE são a locação de tal usina e a prestação de serviços de manutenção e operação** para Petrobrás.

Em relação à **GOM**, sua única atividade é o transporte de gás natural por dutos, através do Gasoduto Bolívia – Mato Grosso. Como mencionado acima, a **GOB** não possui atividades no mercado brasileiro.

No que diz respeito ao **Grupo J&F**, é importante esclarecer que o referido grupo não possui investimentos no setor de gás natural. O grupo possui investimentos em algumas plantas de geração de energia eólica (Complexo Eólico Punaú e Complexo Eólico Baleia) e em quatro empresas transmissoras de energia elétrica, nenhuma delas (tanto as usinas eólicas, quanto as transmissoras de energia) em operação neste momento.

Ademais, dentre as empresas pertencentes ao **Grupo J&F**, a Enersea Com. de Energia Ltda. comercializa energia elétrica essencialmente para uso cativo e não possui quaisquer ativos de geração de energia. Deve-se ressaltar, ainda, que a Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado Celulose") detém uma planta de produção de celulose, a qual também gera energia por meio do processamento de biomassa (cascas e quebras de madeira) e licor negro (lignina). Ambos, biomassa e licor negro, são extraídos do próprio processamento da celulose.

Portando, a operação não resulta em qualquer preocupação concorrencial.

Em primeiro lugar, como mencionado acima, o único ativo do **Grupo AEI** relacionado à geração de energia encontra-se atualmente alugado para a Petrobrás e a autorização da ANEEL para explorar tal direito foi também



transferida à referida empresa, como demonstra o documento anexo (Doc. nº 11). Nesse sentido, e como mais uma prova do quanto exposto acima, o sítio eletrônico da ANEEL informa que a referida usina termelétrica é, na verdade, de propriedade da Petrobrás<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, ainda que as atividades da UTE Cuiabá fossem consideradas na análise dos eventuais efeitos da operação proposta, a participação de mercado conjunta das Requerentes sob uma definição mais ampla do mercado (mercado nacional de geração de energia elétrica)<sup>7</sup> seria mínima. As usinas eólicas da **J&F** ainda não são operacionais e a potência autorizada atual da Eldorado Celulose (que é de apenas 226.000 kW)<sup>8</sup> representa somente 0,16% do mercado total de geração de energia no Brasil (cuja potência autorizada é de 138.763.740 kW<sup>9</sup>), ao passo em que a potência autorizada da UTE Cuiabá (que é de 529.200 kW) representa apenas 0,4%.

Dentro da mesma lógica, sob uma definição mais restrita do mercado adotada pelo CADE, segundo a qual a geração de energia é segmentada por matriz energética (UHE, UTE, energia eólica, etc.) e subsistemas regionais (N, NE, CO, etc.)<sup>10</sup>, poderia haver uma potencial sobreposição horizontal devido ao fato de que ambas as Requerentes possuem investimentos em UTEs no subsistema SE/CO. No entanto, a participação de mercado da Eldorado Celulose representa apenas 1,1% da geração de energia por meios de UTE nesse subsistema<sup>11</sup>, enquanto a potência autorizada da UTE Cuiabá representa apenas 2,5%.

6

[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Empreendimento/ResumoUsina.asp?lboxUsina=27003:Cuiab%E1%20\(M%E1rio%20Covas\)](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Empreendimento/ResumoUsina.asp?lboxUsina=27003:Cuiab%E1%20(M%E1rio%20Covas)) (Visitado em 28.01.2015).

7

Vide os Atos de Concentração nº 08700.003863/2013-86, 08700.002710/2013-11 e 08700.010309/2012-74, entre diversos outros.

8

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Empreendimento/ResumoUsina.asp?lboxUsina=30583:Eldorado%20Brasil> (Visitado em 29.01.2015).

9

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm> (Visitado em 29.01.2015).

<sup>10</sup> Vide nota 3 acima.

<sup>11</sup> A capacidade total do subsistema sudeste/centro-oeste é de apenas 21.141.832 kW, se consideradas apenas as UTEs atualmente em operação, conforme consta no seguinte link:



Pelos motivos expostos acima, a operação é incapaz de gerar qualquer efeito negativo em todos os mercados relevantes envolvidos na presente operação, de forma que as Requerentes solicitam a dispensa da apresentação de dados adicionais de mercado, conforme listado nos itens a seguir.

**V.4. Indique todas as áreas geográficas atendidas por cada uma das empresas que ofertam as linhas de produtos e/ou serviços identificadas no item V.3 (caso a empresa não atenda todo o Brasil, especificar os municípios e/ou estados atendidos pela mesma).**

**Requerentes A e B – J&F e Zetta Lighting**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**Requerentes C, D e E – EPE, GOM e GOB**

Não aplicável, uma vez que a operação **não resultará em qualquer sobreposição horizontal ou integração vertical substancial** entre as atividades das Requerentes, independentemente da definição precisa dos mercados relevantes envolvidos na presente operação, como será melhor explicado acima.

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.cfm>.



- V.5. Considerando as respostas dos itens V.3 e V.4, defina o(s) mercado(s) relevante(s) sob as dimensões produto e geográfica. Fundamente as definições adotadas, baseando-se nos seguintes fatores, na medida em que aplicáveis:**
- a) substituíbilidade sob a ótica da demanda, levando em consideração, dentre os fatores considerados relevantes, a possibilidade de substituição frente a aumentos de preços entre marcas e/ou produtos ou serviços e entre outros produtos fora do mercado;**
  - b) substituíbilidade sob a ótica da oferta, levando em consideração, dentre outros fatores, aspectos técnico-operacionais, tecnologias, custos de instalação (inclusive custos irrecuperáveis) e possibilidade de redirecionamento de atividades;**
  - c) natureza e características dos produtos e/ou serviços;**
  - d) importância dos preços dos produtos e/ou serviços;**
  - e) perfil dos clientes (exemplo: renda, gênero, porte da firma etc.) e dimensionamento do mercado desses clientes (quantidade vendida);**
  - f) preferências dos consumidores, prestando informações sobre fidelidade a marcas, forma e momentos de consumo, dentre outros fatores considerados relevantes;**
  - g) custos de distribuição/transporte;**
  - h) diferenças nas estruturas de oferta e/ou de preços entre áreas geográficas vizinhas;**
  - i) possibilidade de importações;**
  - j) jurisprudência do CADE;**
  - k) jurisprudência internacional;**
  - l) outros fatores.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**V.6. Explique a relevância da diferenciação dos produtos e/ou serviços em termos de atributos ou qualidades, e a medida em que os produtos das partes são substitutos próximos.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.



**ETAPA VI – ESTRUTURA DE OFERTA**

**VI.1. Apresente uma estimativa da dimensão total do(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, em termos de valor (faturamento bruto) e de volume de vendas, no exercício financeiro anterior à transação.**

**Obs: Para estimativa de mercado nacional, considere: produção total do produto/serviço no Brasil + importações – exportações.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**VI.2. Apresente o total das vendas, em termos de valor (faturamento bruto) e volume, bem como uma estimativa das participações para cada uma das partes diretamente envolvidas na operação, no(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, no exercício financeiro anterior à operação. Apresente dados segmentados para vendas cativas e vendas para clientes independentes<sup>12</sup>, quando for o caso.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**VI.3. Apresente o total das vendas, em termos de valor (faturamento bruto) e volume, bem como uma estimativa das participações das demais empresas integrantes dos respectivos grupos econômicos, no(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, no exercício financeiro anterior à operação. Apresente dados segmentados para vendas cativas e vendas para clientes independentes, quando for o caso.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

<sup>12</sup> Entende-se por clientes independentes os que não sejam filiais, agentes ou empresas pertencentes ao grupo econômico das partes diretamente envolvidas na operação.



**VI.4. Apresente uma estimativa das participações de mercado, em termos de valor (faturamento bruto) e de volume de vendas, de todos os concorrentes (incluindo importadores) que detenham pelo menos 5% do(s) mercado(s) relevante(s) indicado(s) no item V.5, no exercício financeiro anterior à operação. A partir dessas informações, forneça uma estimativa do HHI antes e após a concentração, bem como a diferença entre os dois ( $\Delta$ HHI)**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**VI.5. Apresente nome, endereço completo, números de telefone e fax, e sítio eletrônico dos 10 (dez) principais concorrentes identificados no item VI.4, para todos os mercados relevantes definidos no item V.5.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**VI.6. Apresente uma estimativa do valor e volume totais das importações relativas ao(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, informando também:**

- a) o valor, volume e as proporções de tais importações provenientes das partes;**
- b) a existência de barreiras tarifárias, regulatórias ou de qualquer natureza, que possam afetar essas importações. Em caso afirmativo, explicar em que medida tais barreiras interferem nas condições de importação do(s) produtos(s) e se são de caráter permanente ou temporário (nesse último caso, apresentar o período de validade de tais barreiras);**
- c) uma estimativa da medida em que os custos de transporte e outros custos afetam essas importações.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.

**VI.7. Identifique todas as associações comerciais no Brasil, relativas ao(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5 a que as partes pertencem. Indique o endereço completo, sítio na Internet, nome de contato e respectivo cargo, números de telefone e fax, e endereço eletrônico.**

Não aplicável, pelas razões mencionadas no item V.3 acima.







**ETAPA VII – OBSERVAÇÕES FINAIS**

**VII.1. Apresente quaisquer outros comentários ou informações que julgue relevantes para a análise da presente operação.**

Conforme a petição de submissão e o requerimento de acesso restrito.



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **EMPRESA PRODUTORA DE ENERGIA LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, 15º Andar, Sala 1503, Edifício Centro Empresarial Paiaguás, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-000, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil ("Outorgante"), por seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastante procuradores, em conjunto ou separadamente, os Srs. CELSO CINTRA MORI, RODRIGO DE MAGALHÃES CARNEIRO DE OLIVEIRA, FLÁVIO LEMOS BELLIBONI, CRISTIANNE SACCAB ZARZUR, RENÊ GUILHERME DA SILVA MEDRADO, LILIAN BARREIRA SPINA, MARCOS PAJOLLA GARRIDO, LEDA BATISTA DA SILVA e MARINA CURTI PENNA, brasileiros, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob os nºs 23.639, 87.817, 88.210, 138.331, 154.648, 182.493, 257.538, 306.051 e 328.984, inscritos no C.P.F./M.F. sob os nºs 224.295.228-53, 055.455.118-73, 674.109.368-00, 105.458.478-85, 263.196.028-99, 273.242.348-36, 337.231.818-80, 349.388.468-02 e 368.898.208-86, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1.100, Edifício J.M. Pinheiro Neto, os Srs. LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA, JOSÉ ALEXANDRE BUAIZ NETO, VICENTE COELHO ARAÚJO, DANIEL COSTA REBELLO, MARCO AURELIO MARTINS BARBOSA, GABRIELA MARCONDES LABOISSIÈRE CAMARGOS, LÍVIA CALDAS BRITO, NATÁLIA PEPPI, JOSÉ RUBENS BATTAZZA IASBECH e MARIA CAROLINA FEITOSA DE ALBUQUERQUE TARELHO, brasileiros, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil sob os nºs 12.002/DF, 14.346/DF, 13.134/DF, 26.906/DF, 29.783/DF, 31.156/DF, 35.308/DF, 297.369/SP, 39.539/DF e 42.139/DF, inscritos no C.P.F./M.F. sob os nºs 578.696.421-34, 645.583.201-91, 620.485.621-99, 621.585.701-49, 027.577.821-50, 018.964.191-60, 005.792.641-73, 072.669.284-81, 124.685.447-30 e 029.164.061-31, com





escritório na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office - 3º andar, e os Srs. JOÃO LUÍS AGUIAR DE MEDEIROS, LUIS CLÁUDIO FURTADO FARIA e FELIPE RODRIGUES COZER, brasileiros, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob os nºs 60.298, 125.653 e 149.997, inscritos no C.P.F./M.F. sob os nºs 839.340.067-87, 087.528.997-56 e 110.416.487-66, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humaitá, 275, 16º andar, integrantes de PINHEIRO NETO ADVOGADOS, outorgando-lhes os poderes da cláusula *ad judícia*, podendo substabelecer no todo ou em parte os poderes conferidos, especialmente para representá-la perante as autoridades que integram o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com poderes para apresentar relatórios, informações e documentos de qualquer natureza, bem como para praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, ficando ratificados todos os atos praticados pelos outorgados anteriormente à data de assinatura desta procuração, dentro dos poderes ora conferidos.

Cartório  
Cristo Rei

Cuiabá/MT 03 de fevereiro de 2015

EMPRESA PRODUTORA DE ENERGIA LTDA.

Petrus Rodrigues de Rosa

CR Serviço Registral e Notarial do Distrito do Cristo Rei  
Tabellã: **CHAFIA MONTEIRO DE OLIVEIRA**  
Av. Ary Paes Barreto nº 2183 Bairro Cristo Rei, CEP: 78118-090, Várzea Grande, Mato Grosso  
Fone: (65) 3685-3258 Fax: (65) 3685-6112 / E-mail: ccartrei@terra.com.br

Reconheço a(s) Firma(s) por VERDADEIRA **PETRUS RODRIGUES DE ROSA** Dou Fé. \* \* \* \* \*

AOC11308 R\$ 5,00 Em test. ( ☒ ) da verdade.

Várzea Grande/MT 03 fevereiro 2015 At. 0

*Chafia Monteiro de Oliveira*  
CHAFIA MONTEIRO DE OLIVEIRA-OFFICIAL  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.  
Cod. Serv. 184 Cod Ato 22  
<http://www.timnt.us.br/selos>





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **ZETTA LIGHTING S.A.**, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua General Furtado Nascimento, 66, Sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.350.763/0001-62, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **Humberto Junqueira de Farias**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, domiciliado na Rua General Furtado Nascimento, 66, Sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, São Paulo, SP, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 15.186.647-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 111.572.558-09, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Srs. **Cristiane Romano Farhat Ferraz, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Marcos Paulo Verissimo, Heloisa Helena Monteiro de Lima, Carolina Maria Matos Vieira, Thalita de Carvalho Novo e Ursula Pereira Pinto**, brasileiros, todos solteiros, com exceção do 1º, 2º, 4º e 5º, que são casados, advogados inscritos, respectivamente, na Ordem dos Advogados do Brasil, sob nºs. 123.771-SP, 89.032-RJ, 232.444-SP, 154.603-SP, 222.894-SP, 20.322-DF, 148.274-RJ e 329.285-SP e no CPF/MF sob nºs. 142.419.908-51, 025.211.937-12, 914.445.195-49, 247.121.258-10, 297.742.208-03, 843.716.333-15, 096.334.457-95 e 393.566.588-11, do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice - Advogados, com endereço na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, 3144 - 11º andar, CEP 01451-000, com os poderes da cláusula "ad-judicia et extra" para, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação e sem limites, (a) praticar todos os atos necessários à preparação, assinatura e submissão de qualquer ato de concentração ou defesa em processos administrativos ou procedimentos de investigação, perante qualquer autoridade governamental, em particular perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), ou perante qualquer juízo ou tribunal brasileiro, incluindo poderes para assinar tais documentos; (b) praticar todos os atos necessários para a preparação, assinatura, notificação e submissão de qualquer documento relacionado, petições, cartas, representações, garantias e/ou qualquer requerimento formal perante qualquer autoridade governamental, em particular o CADE, ou perante qualquer juízo ou tribunal brasileiro, incluindo o poder para assinar tais documentos; (c) representar o outorgante, em qualquer sustentação oral, reuniões oficiais ou extra-oficiais, mantidas com qualquer autoridade governamental, em particular com o CADE, ou em qualquer juízo ou tribunal, incluindo o poder para fazer qualquer sustentação ou apresentação oral; e (d) praticar todo e qualquer ato que seja necessário para a aprovação de qualquer ato de concentração perante qualquer autoridade governamental ou qualquer juízo ou tribunal brasileiro, o presente mandato poderá ser substabelecido em todo ou em parte.

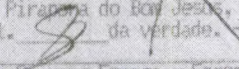
São Paulo, 22 de janeiro de 2015

  
Carliene Menezes  
Pirapora do Bom Jesus (SP)

**ZETTA LIGHTING S.A.**

**Humberto Junqueira de Farias**

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS  
Praça dos Poderes Municipais, 89 - Centro - CEP 06550-090 - Pirapora do Bom Jesus / SP  
Fone: (11) 4121-1830 - E-mail: contato@carliemenezes.com.br

RECONHECIDO por assinatura e firma(s) de:  
HUMBERTO JUNQUEIRA DE FARIAS  
Pirapora do Bom Jesus, 23 de janeiro de 2015.  
Em test.  da verdade. - 1:93665 - WPK4 4-75  
Amilcar Roberto Franco - Escrevente Autorizado  
Selo(s): 85210-076706



TEXT\_SP 429901v46 01/75 TEXT\_SP/429901v41/01/75






**SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, pelo presente, com reservas, na pessoa de **BEATRIZ MEDEIROS NAVARRO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 357.577 e no CPF/MF sob o nº 024.924.191-93, integrante do Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar, Edifício Seculum, CEP 01451-000, São Paulo/SP, os poderes outorgados a mim por **Zetta Lighting S.A.**.

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

*carolina vieira*  
Carolina Maria Matos Vieira  
OAB/DF 20.322



 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	14500-9
	Número de Referência	11159.3
	Competência	02/2015
	Vencimento	09/02/2015
Nome do Contribuinte / Recolhedor <b>Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	45.762.077/0001-37
Nome da Unidade Favorecida <b>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA</b>	UG / Gestão	303001 / 30211
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	45.000,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STND9312C54AAE4CCA5630819C1804125F0]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	45.000,00

89980000450-7 00000001010-3 95523161450-5 00453523146-9

05/02/2015 - BANCO DO BRASIL - 15:38:44  
783112702 0139

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM, UNIAO  
Codigo de Barras 89980000450-7 00000001010-3  
95523161450-5 00453523146-9  
Data do pagamento 05/02/2015  
NRO de Referencia 111593  
Competencia MM/AAAA 02/2015  
Data de Vencimento 09/02/2015  
CNPJ 45762077/0001-37  
Valor Principal 45.000,00  
Valor em Dinheiro 0,00  
Valor em Cheque 45.000,00  
Valor Total 45.000,00

NR.AUTENTICACAO D.C76.C7B.31C.359.E37



27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA  
AV. SÃO LUIS Nº 58 - AUTENTICO A PRESENTE  
CÓPIA REPROGRAFICA EXTRAIDA P/PARTE  
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO, DOU FE.  
S. Paulo,  
05-FEV. 2015  
R\$ 2,75  
1 AUT.  
JOSÉ ROBERTO DE FREITAS  
(ESCR. AUTORIZADO)  
LEI 8935/94  
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





ZETTA LIGHTING S  
CNPJ/MF Nº. 21.308.456/0  
NIRE 35.300.47200-



JUCESP PROTOCOLO  
2.182.461/14-0



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 1º DE DEZEMBRO DE 2014**

**DATA, HORA E LOCAL:** Ao 1º (primeiro) dia do mês de dezembro de 2014, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº. 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070.

**PRESEÇA:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

**MESA:** Presidente: Marcelo Brani Silva de Abreu;  
Secretário: Ricardo Menin Gaertner.

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76.

**ORDEM DO DIA:** (i) aprovar as renúncias do Diretor Presidente e do Diretor sem designação específica; e (ii) aprovar a eleição do novo Diretor Presidente e do Diretor sem designação específica da Companhia.

**DELIBERAÇÕES:** Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a presente assembleia foi regularmente instalada, e os acionistas, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade de votos, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações, as seguintes matérias:

(i) Aprovar a renúncia imediata do Diretor Presidente da Companhia, o Sr. **AUGUSTO CÉSAR FERREIRA E UZEDA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.246.990-49 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 262.320.815-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070. O Diretor renuncia mediante assinatura do respectivo termo de renúncia, que integra esta ata como **Anexo I** e será arquivado na Junta Comercial juntamente com esta ata;

(ii) Aprovar a renúncia imediata do Diretor sem designação específica da Companhia, o Sr. **MARCELO BRANI SILVA DE ABREU**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 897.792.235-68, portador da Cédula de Identidade nº 05.917.155-38 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070. O Diretor renuncia mediante assinatura do respectivo termo de renúncia, que integra esta ata como **Anexo II** e será arquivado na Junta Comercial juntamente com esta ata;

(iii) Em virtude da renúncia do Diretor Presidente acima, aprovar a eleição do novo Diretor Presidente, o Sr. **HUMBERTO JUNQUEIRA DE FARIAS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General



Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 15.186.647-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 111.572.558-09, para o mandato de 02 (dois) anos, o qual declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil. O Diretor toma posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, que integra esta ata como **Anexo III** e será arquivado na Junta Comercial juntamente com esta ata;

(iv) Em virtude da renúncia do Diretor sem designação específica acima, aprovar a eleição do novo Diretor sem designação específica, o Sr. **PAULO RENELLI NETO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, RG 25.904.283-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.486.428-88, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, para o mandato de 02 (dois) anos, o qual declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil. O Diretor toma posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, que integra esta ata como **Anexo III** e será arquivado na Junta Comercial juntamente com esta ata.

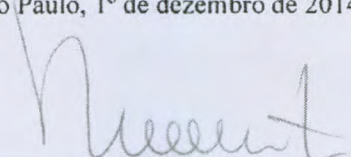
Em face da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma; **Humberto Junqueira de Farias** – Diretor Presidente, **Paulo Renelli Neto** – Diretor sem designação específica.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia.

**ACIONISTAS:** Zetta Infraestrutura e Participações S.A., p.p Augusto Cesar Ferreira e Uzeda.

*"Certifico que a presente é cópia fiel da Ata de Reunião de Diretoria lavrada em livro próprio"*

São Paulo, 1º de dezembro de 2014.

  
RICARDO MENIN GAERTNER  
SECRETÁRIO DA MESA



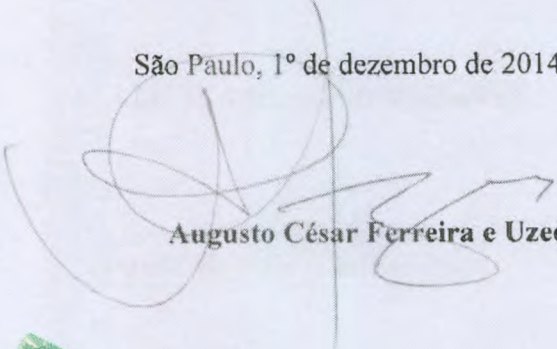


**ANEXO I DA  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2014**

**TERMO DE RENÚNCIA DE MEMBRO DA DIRETORIA**

Eu, **Augusto César Ferreira e Uzeda**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.246.990-49 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 262.320.815-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, venho, pelo presente, renunciar ao cargo de Diretor Presidente da **ZETTA LIGHTING S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.308.456/0001-93 ("Companhia"), para o qual fui conduzido em 16 de setembro de 2014. Pelo presente, outorgo à Companhia a mais ampla, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear, seja a que título for.

São Paulo, 1º de dezembro de 2014.

  
**Augusto César Ferreira e Uzeda**





## TERMO DE RENÚNCIA DE MEMBRO DA DIRETORIA

São Paulo, 1º de dezembro de 2014.

**Marcelo Brani Silva de Abreu**





**ANEXO III**  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2014**

**TERMO DE POSSE DE MEMBROS DA DIRETORIA**

Na sede social da **ZETTA LIGHTING S.A.**, situada na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, sala 16, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, compareceram e tomaram posse em seus cargos como Membros da Diretoria desta Companhia, para o qual foram eleitos pela Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2014, para cumprir o mandato de 2 (dois) anos, as pessoas abaixo relacionadas. Os empossados fazem a declaração, sob as penas da lei, de não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O presente termo, lido e achado conforme, é assinado pelos empossados:

**Diretor Presidente:** **HUMBERTO JUNQUEIRA DE FARIAS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 15.186.647-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 111.572.558-09;

**Diretor sem designação específica:** **PAULO RENELLI NETO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade RG 25.904.283-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.486.428-88, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070.

São Paulo, 1º de dezembro de 2014.



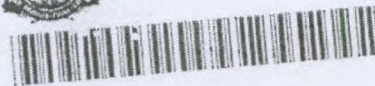
**Humberto Junqueira de Farias**  
Diretor Presidente

**Paulo Renelli Neto**  
Diretor sem designação específica





JUCESP PROTOCOLO  
2.028.517/14-1



## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ZETTA LIGHTING S.A.

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de setembro de 2014, às 09:30 horas, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**PRESEÇA:** O subscritor do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui como **Anexo I** à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber: Zetta Infraestrutura e Participações S.A., por seu Diretor Presidente Augusto César Ferreira e Uzeda.

**MESA:** Presidente: Augusto César Ferreira e Uzeda  
Secretário: Ricardo Menin Gaertner

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º. do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

### DELIBERAÇÕES:

(i) Aprovar a constituição da **ZETTA LIGHTING S.A.**, com Sede e Foro na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(ii) Aprovar o capital social inicial de R\$ 800,00 (oitocentos reais), representado por 800 (oitocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

(iii) Aprovar o Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o **Anexo III** à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **ZETTA LIGHTING S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais.

(iv) Eleger o Sr. **Augusto César Ferreira e Uzeda**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.246.990-49 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 262.320.815-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, para o cargo de "Diretor Presidente" e, ainda, para o cargo de "Diretor", o Sr. **Marcelo Brani Silva de Abreu**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 897.792.235-68, portador da Cédula de Identidade nº 05.917.155-38 SSP/BA, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº. 66, sala 18, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e assinado como **Anexo II** da presente Ata.

(v) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º. do da Lei 6404/76.

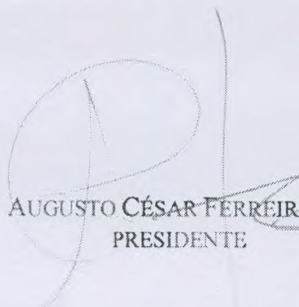
**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembléia, que foi aprovada pelo subscritore da Companhia.

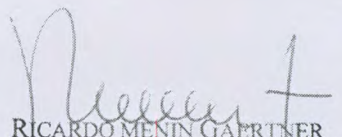


**ACIONISTAS:** Zetta Infraestrutura e Participações S.A., p.p Augusto César Ferreira e Uzeda.

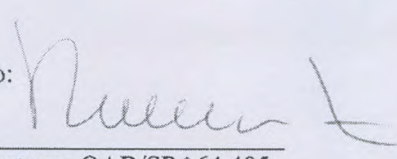
“Confere com o original lavrado em livro próprio.”

São Paulo, 16 de setembro de 2014.

  
AUGUSTO CÉSAR FERREIRA E UZEDA  
PRESIDENTE

  
RICARDO MENIN GAERTNER  
SECRETÁRIO

Visto do Advogado:

  
Ricardo Menin Gaertner - OAB/SP 164.495





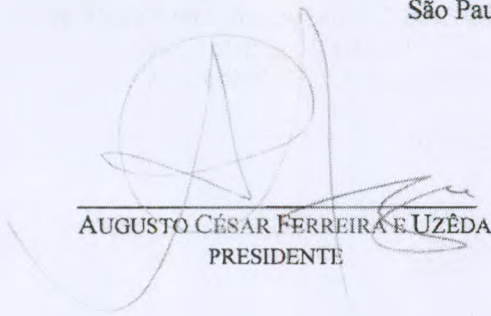
**ANEXO I**  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ZETTA LIGHTING S.A.**  
**REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO 2014**

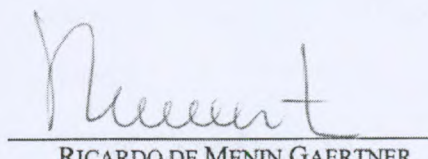
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

	Ações Subscritas	Ações Integralizadas
<b>ZETTA INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES S.A.</b> , com sede e endereço na Rua General Furtado do Nascimento n.º 66, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 17.696.380/0001-43, representado por seu Diretor Presidente, o Sr. <b>Augusto César Ferreira e Uzeda</b> , acima qualificado.	<b>800</b>	<b>R\$ 800,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>800</b>	<b>R\$ 800,00</b>

1. FORMA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO: R\$ 800,00 (oitocentos reais) integralizados neste ato, em moeda corrente do país.

São Paulo, 16 de setembro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
AUGUSTO CÉSAR FERREIRA E UZEDA  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
RICARDO DE MENIN GAERTNER  
SECRETÁRIO





## TERMO DE POSSE DE MEMBROS DA DIRETORIA

**Diretor sem Designação específica:** **Marcelo Brani Silva de Abreu**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 897.792.235-68, portador da Cédula de Identidade nº 05.917.155-38 SSP/BA, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº. 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070.

**Augusto César Ferreira e Uzeda**  
Diretor Presidente

**Marcelo Brani Silva de Abreu**  
Diretor sem designação específica





**ANEXO III**  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ZETTA LIGHTING S.A.**  
**REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2014**

**“ESTATUTO SOCIAL**  
**ZETTA LIGHTING S.A.**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE**  
**DURAÇÃO E OBJETO.**



Artigo 1º - A **ZETTA LIGHTING S.A.**, é uma sociedade anônima, que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista; e (ii) a exploração e execução de obras e serviços públicos, bem como o uso e a exploração de bens públicos em geral, mediante concessão, permissão, autorização ou parceria público-privada, em relação à administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, nº. 66, sala 16, Alto de Pinheiros, CEP 05465-070, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 800,00 (oitocentos reais), dividido em 800 (oitocentas) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76.

§ 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

§ 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações é também expressamente proibido, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§ 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de





preferência seja previamente aprovado em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§ 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando das ações de cada espécie ou classe de ações.

§ 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações.

Artigo 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas.

Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

Artigo 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede.

### CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto.

§ 1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, após a eleição e posse dos respectivos substitutos.

§ 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades.

§ 3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto.

§ 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que vierem a constituir, onde serão especificados nos atos ou operações o que poderão praticar, e a duração do mandato, sendo no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado.





§ 5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que a mesma poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

§ 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Artigo 10 - A Diretoria será representada individualmente por quaisquer de seus Diretores, que terão plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto.

§ 1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, isoladamente:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e
- d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global anual dos Diretores, fixar em Assembleia Geral, se for o caso.

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

§ 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia.

§ 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião.

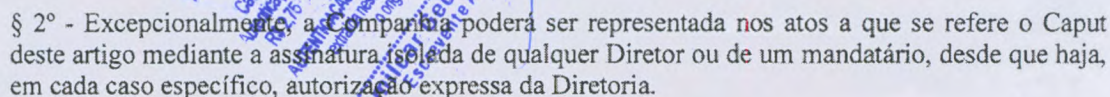
§ 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio.

Artigo 11 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto.

Artigo 12 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por qualquer Diretor, observado quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados isoladamente, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.





Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários.

§2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

§3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral.

Artigo 14 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

§1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Artigo 15 - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.





§1º - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos.

§2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Artigo 17 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 18 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do artigo 16.

§2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

§3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

## CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO

Artigo 19 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

§1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

§2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação."

\*\*\*\*\*

São Paulo, 16 de setembro de 2014.

AUGUSTO CÉSAR FERREIRA E UZÊDA  
PRESIDENTE

RICARDO MENIN GAERTNER  
SECRETÁRIO



DOC. 3

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 4

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 5

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 6

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 7

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 8

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



DOC. 9

-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



-- VIDE APARTADO DE ACESSO RESTRITO --



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.008, DE 12 DE JULHO DE 2011.

Transfere da empresa da EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda. para a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, a autorização da Usina Termelétrica Cuiabá, localizada no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 09, de 13 de janeiro de 1998.

Relatório e Voto

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º-A, inciso II, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e na Resolução Autorizativa nº 09, de 13 de janeiro de 1998, e o que consta do Processo nº 48100.003888/1995-20, resolve:

Art. 1º Transferir da EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda. para a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, a autorização objeto da Resolução Autorizativa nº 09, de 13 de janeiro de 1998, para explorar a UTE Cuiabá, com 529.200 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A empresa deverá inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa, em sistema disponibilizado no *site* da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 3º A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 6º da Resolução nº 09, de 13 de janeiro de 1998, sub-rogando-se a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS em todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 19.07.2011, seção 1, p. 47, v. 148, n. 137.





**Ministério da Justiça - MJ**

**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 1º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504

Telefone: (61) 3031-1820 e Fax: (61) 3326-9733 - [www.cade.gov.br](http://www.cade.gov.br)

**DESPACHO DECISÓRIO Nº 45/2015/DCONT/CGOFL/DA/CADE**

Processo nº 08700.000763/2015-60

ASSUNTO: “Ato de Concentração”

**À Coordenação-Geral de Triagem - CGT/CADE**

Após análise pertinente a este Setor de Contabilidade, verificamos que o Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60 encontra-se instruído com cópia do comprovante bancário de recolhimento da respectiva taxa processual (0021178), no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Assim, certificamos o recolhimento através do registro de arrecadação, 2015RA000269, e Autenticação Bancária DC76C7B31C359E37, com a ressalva da possibilidade de futura requisição dos documentos originais por autoridade de instância superior, uma vez que devem ser atendidos o art. 37 da Resolução CADE nº 45, de 28 de março de 2007, e o art. 18 da Instrução Normativa CADE nº 01, de 24 de julho de 2008.

Desta forma, enviamos os autos à CGAA5/CADE para as demais providências que se fizerem necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Fogaça Rézio, Contador(a)**, em 10/02/2015, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cade.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0021297** e o código CRC **8070EECA**.

**Referência:** Processo nº 08700.000763/2015-60

SEI nº 0021297



10/02/15 13:39 USUARIO : CAROLINE  
DATA EMISSAO : 05Fev15 TIPO: ARRECADACAO NUMERO : 2015RA000269  
ESPECIE : CLASSIFICACAO ESPECIE GR : SIMPLES SIT. : NORMAL  
UG/GESTAO EMITENTE: 303001 / 30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMI  
RECOLHEDOR : 45762077000137 - MACHADO MEYER,SENDACZ E OPICE ADVOGADOS  
COMPETENCIA: Fev15 CODIGO RECOLHIMENTO: 14500-9 - CADE-EMOLUM.CUSTAS PROC.  
DOC.ORIGEM : RET/RES/CANC:  
PROCESSO : AGENTE ARRECADADOR: BANCO DO BRASIL  
VENCIMENTO : 09Fev2015 MEIO DE PAGAMENTO : CHEQUE  
(=)VALOR DOCUMENTO : 45.000,00  
(-)DESCONTO/ABATIMENTO :  
(-)OUTRAS DEDUCOES :  
(+)MORA/MULTA :  
(+)JUROS/ENCARGOS :  
(+)OUTROS ACRESCIMOS :  
(=)VALOR TOTAL : 45.000,00  
NOSSO NUMERO/NUMERO REFERENCIA: 000000000000000111593  
OBSERVACAO : REGISTRO DA CLASSIFICACAO DA ARRECADACAO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO  
DA UNIAO DO DIA: 05Fev15  
AUTENTICACAO BANCARIA: DC76C7B31C359E37  
LANCADO POR : 77777777777 - PROC.AUTOMATICO UG : 170803 10Fev15 04:54  
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA





**Ministério da Justiça - MJ**  
**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504  
Telefone: (61) 3221-8438 e Fax: (61) 3326-9733 - [www.cade.gov.br](http://www.cade.gov.br)

**EDITAL Nº 69, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.**

Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Navarro Santos, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira Spina e outros. Natureza da operação: aquisição de controle. Setor econômico envolvido: geração de energia elétrica e transporte de gás natural por dutos.

Publique-se.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral Interino(a)**, em 23/02/2015, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cade.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0025743** e o código CRC **65227E27**.

**Referência:** Processo nº 08700.000763/2015-60

SEI nº 0025743



acesso a internet através da tecnologia 3G para atender a demanda do edifício sede da 6ª Superintendência Regional, localizada no município de Juazeiro, Estado da Bahia, que foi considerado deserto tendo em vista a inexistência de propostas.

ALAOR GRANGEON DE SIQUEIRA  
Superintendente Regional

(SIDECA - 23/02/2015) 195011-11201-2014NE000141

## 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: 59570.001211/2013-71. ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato nº 7.096.00/2014. CONTRATANTE: CODEVASF, CNPJ: 00.399.857/0025-01, CONTRATADA: AB Projetos e Consultoria em Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente LTDA ME, CNPJ: 13.466.507/0001-87. OBJETO: prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias, contados a partir de 22/02/2015, passando seu vencimento para o dia 21/08/2015. TERMO ADITIVO: 7.096.01/2014. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 20/02/2015.

### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

PROCESSOS: 59570.001116/2007-29(1), 59570.001078/2007-12(2), 59570.001140/2007-68(3). ESPÉCIE: Termo Aditivo aos Convênios Nº 7.93.07.0119/00(1), 7.93.07.0111/00(2), 7.93.07.0134/00(3), firmados entre a CODEVASF - CNPJ: 00.399.857/0001-26 e o Estado do Piauí, CNPJ: 06.553.481/0001-49(1 e 2), Município de Aroeiras do Itaim, CNPJ: 07.165.549/0001-85(3). OBJETO: Prorrogar o prazo do convênio por mais 84 dias(1), 240 dias(2), 360 dias(3). TERMO ADITIVO: 7.93.07.0119/09(1), 7.93.07.0111/10(2), 7.93.07.0134/06(3). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 43, VI da Portaria Interministerial 507/2011. DATA DE ASSINATURA: 20/02/2015(1 a 3).

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2014 - UASG 193007

Nº Processo: 5941300003201367. DISPENSA Nº 1/2013. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS -CONTRA AS SECAS. CNPJ Contratado: 12272084000100. Contratado : COM-PANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS --CEAL. Objeto: Fornecimento de energia elétrica. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/02/2014 a 27/08/2017. Valor Total: R\$42.500,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800103. Data de Assinatura: 01/02/2014.

(SICON - 23/02/2015) 193002-11203-2014NE800108

## COORDENADORIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - UASG 113801

Número do Contrato: 2/2013. Nº Processo: 59403001140201257. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 4/2012. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS -CONTRA AS SECAS. CNPJ Contratado: 17874053000134. Contratado : CONSORCIO NOVATEC/GMEC BARRAGEM DEINGAZEIRA. Objeto: Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº02/2013-DNOCES/CEST-PE celebrado entre o DNOCES e o Consórcio NOVATEC/GMEC Objetivando a Prorrogação do Prazo de Vigência e Execução dos Serviços, Para Possibilitar a Continuidade dos Serviços Acordados no Citado Instrumento, Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Alterações . Vigência: 12/02/2015 a 12/04/2015. Data de Assinatura: 12/02/2015.

(SICON - 23/02/2015) 113801-11203-2015NE800108

## COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 2/2014 publicado no D.O. de 21/02/2014 , Seção 3, Pág. 133. Onde se lê: Vigência: 21/02/2014 a 20/02/2015 Leia-se : Vigência: 24/03/2014 a 24/03/2015

(SICON - 23/02/2015) 193003-11203-2014NE800004

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### RETIFICAÇÃO

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 766271/2011, Processo nº 59250.000267/2011-69, publicado no DOU de 23/02/2015, Seção 3, página 105, onde se lê: CONVÊNIO Nº 7766271/2011. Leia-se: CONVÊNIO Nº 766271/2011.

## Ministério da Justiça

## SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2015 - UASG 200005

Número do Contrato: 144/2010.  
Nº Processo: 08008004741201081.  
INEXIGIBILIDADE Nº 52/2010. Contratante: MINISTERIO DA

JUSTICA -CNPJ Contratado: 00082024000137. Contratado : COM-PANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DO DISTRITO FEDER-AL. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 144/2010, prevista na Cláusula Segundoado Terceiro Termo Aditivo. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 20/12/2014 a 19/12/2015. Valor Total: R\$25.000,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800229. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 23/02/2015) 200005-00001-2015NE800059

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 37/2014

O Ministério da Justiça, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Processo nº08084.000245/2014-70. Sagrou-se vencedora a empresa: GELSO ANTONIO LORENZI - EPP, CNPJ nº 01.778.924/0001-86 para o GRUPO 01. Sendo a presente contratação homologada, em 20 de fevereiro de 2015. O Pregoeiro informa, ainda, que os autos encontram-se com vistas franqueadas aos interessados, a partir da data desta publicação,nos dias úteis, no horário de expediente da COPLI/CGL/MJ.

RODRIGO ORESTES LINS

(SIDECA - 23/02/2015) 200005-00001-2015NE800059

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### EDITAIS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Nº 66. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.000881/2015-78. Requerentes: HAP Participações Ltda., APJM Participações S.A., Q1 Comercial de Roupas S.A. Advogados: Ricardo Franco Botelho, Andréa da Cunha Cruz e outros. Natureza da operação: Aquisição de ações. Setor econômico envolvido: comércio varejista de vestuário e acessórios.

Nº 67. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.000882/2015-12. Requerentes: Ambev S.A., Whirlpool S.A., Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Mata Berardo e outros. Natureza da operação: Contrato Associativo. Setor econômico envolvido: desenvolvimento e fabricação de eletrodomésticos.

Nº 68. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.000977/2015-36. Requerentes: Toyota Tsusho Corporation e NovaAgri Infra-estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. Advogados: Tulio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Sérgio Varella Bruna, Eduardo Martinelli Carvalho e outros. Natureza da operação: aquisição de ações. Setor econômico envolvido: Armazéns gerais e operador de transporte multimodal (CNAEs 5211-7/01 e 5250-8-05).

Nº 69. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Navarro Santos, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira Spina e outros. Natureza da operação: aquisição de controle. Setor econômico envolvido: geração de energia elétrica e transporte de gás natural por dutos.

EDUARDO FRADE RODRIGUES  
Superintendente-Geral  
Interino

## SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015 - UASG 200246

Nº Processo: 08129042012201481 . Objeto: Aquisição de serviço de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares no Diário Oficial da União, pelo período de 12 (doze) meses, a ser prestado pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 19/02/2015. LUCAS ALBUQUERQUE AGUIAR. Chefe de Gabinete. Ratificação em 23/02/2015. VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO. Secretario Nacional de Politicas sobre Drogas. Valor Global: R\$ 300.000,00. CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDECA - 23/02/2015) 200246-00001-2014NE800014

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2015 ao Convênio Nº 793903/2013. Convenientes: Concedente : FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS, Unidade Gestora: 200246, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENCAO A DEPENDENCIA QUIMICA, CNPJ nº 17.688.867/0001-84. Prorrogação do prazo de vigência do convênio. Valor Total: R\$ 4.313.069,88, Valor de Contrapartida: R\$ 3.113.069,88, Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2015. Data

de Assinatura: 19/02/2015. Signatários: Concedente : VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO, CPF nº 110.581.738-55, Conveniente : FILIPE DE ALMEIDA PEREIRA, CPF nº 103.525.727-01.

(SICONV(PORTAL) - 23/02/2015)

## EXTRATOS DE DOAÇÕES

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 05/2015.

Processo: 00187.001827/2010-80. Partes: A União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, como doadora, e o Instituto Padre Haroldo Rahm, como donatário. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso do Instituto Padre Haroldo Rahm (CNPJ nº 50.068.188/0001-88), para utilização, exclusivamente, em ações voltadas às atividades de redução da demanda de drogas (prevenção, recuperação e ressocialização de drogadependentes), ou em apoio a essas ações, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e IV, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2015.

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 06/2015.

Processo: 00187002229/10-28. Partes: A União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, como doadora, e o Estado do Paraná, como donatário. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava - PR, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2015.

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 07/2015.

Processo: 08129.020293/14-11. Partes: A União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, como doadora, e o Estado do Paraná, como donatário. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso da Divisão Estadual de Narcóticos de Cascavel/PR, nas atividades de repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2015.

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 08/2015.

Processo: 08129.011197/12-10. Partes: A União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, como doadora, e o Estado do Paraná, como donatário. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso da Delegacia de Polícia Civil de Assis Chateaubriand/PR, nas atividades de repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2015.

## EXTRATO DE CESSÃO

INSTRUMENTO: Termo de Cessão nº 03/2015.

Processo: 08129.016399/2014-10. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, como cedente, e o Departamento de Polícia Federal, como cessionário. Objeto: Cessão, com transferência de patrimônio, de veículo, ao Departamento de Polícia Federal, para uso da Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda/RJ, nas atividades inerentes à repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2015.





**Ministério da Justiça - MJ**  
**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**  
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504  
Telefone: (61) 3221-8438 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

**PARECER**  
**Nº 88/2015/CGAA5/SGA1/SG**

Processo nº 08700.000763/2015-60

Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda.

Ementa: Ato de Concentração. Lei nº 12.529/2011. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Geração de energia elétrica e transporte de gás natural por dutos. Procedimento Sumário. Art. 8º, inciso III, Resolução CADE nº 2, de 29 de maio de 2012. Aprovação sem restrições.

**VERSÃO DE ACESSO PÚBLICO**

**I. Da Descrição da Operação**

1. A presente Operação refere-se à aquisição pela J&F Investimentos S.A. (“J&F”) de 1%, e pela subsidiária da J&F, Zetta Lighting S.A. (“Zetta Lighting”), de 99% das quotas da Empresa Produtora de Energia Ltda. (“EPE”) e da GasOcidente do Mato Grosso Ltda. (“GOM”), atualmente detidas pela AEI CB Limited (“AEI CB”) e pela EPE Holdings Ltd. (“EPE Holdings”). A operação também compreenderá a aquisição, pela EPE, de 99%, e, pela Zetta Lighting, de 1%, das ações da GasOriente Boliviano Ltda. (“GOB”), também detidas pela AEI CB e pela EPE Holdings.
2. A EPE é proprietária da usina UTE Cuiabá, localizada no estado do Mato Grosso, que atua na geração de energia termoeleétrica, com potência instalada de 529,2 MW.

**II. Aspectos Formais da Operação**

Ato de Concentração de notificação obrigatória?	Sim - Os grupos envolvidos na operação possuem faturamentos superiores ao patamar estabelecido no art. 88 da Lei 12.529/11, alterado pela Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, de 30 de maio de 2012.
Taxa processual foi recolhida?	Sim, DESPACHO DECISÓRIO Nº 45/2015/DCONT/CGOFL/DA/CADE (Documento SEI 0021297)
Data da notificação ou emenda?	09/02/2015
Data da publicação do edital?	24/02/2015



### III. Enquadramento legal (art. 8º, Resolução CADE nº 2, de 29 de maio de 2012):

3. III - Baixa participação de mercado com sobreposição horizontal.

### IV. Principais Informações sobre a Operação

REQUERENTES	
EPE	A EPE é proprietária de uma usina termelétrica localizada em Cuiabá (“UTE Cuiabá”), no estado do Mato Grosso, atualmente alugada para a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS (“Petrobrás”). As únicas atividades da EPE são a locação de tal usina e a prestação de serviços de manutenção e operação para a Petrobrás. A EPE pertence ao Grupo AEI.
GOM	A GOM pertence ao Grupo AEI e tem como única atividade o transporte de gás natural por dutos, através do Gasoduto Bolívia – Mato Grosso.
GOB	A GOB pertence ao Grupo AEI e não possui atividades no mercado brasileiro.
J&F	A J&F, empresa <i>holding</i> do Grupo J&F (“Grupo J&F”), detém participação societária em outras companhias que atuam nos segmentos de produtos alimentícios, couro, produtos de limpeza, higiene pessoal, subprodutos bovinos, serviços financeiros, florestamento e comercialização de madeira, pecuária, dentre outros.
Zetta Lighting	A Zetta Lighting, também pertencente ao Grupo J&F, é uma empresa recentemente constituída para ser uma <i>holding</i> e também para atuar no mercado de iluminação pública.
EFEITOS DA OPERAÇÃO	
Sobreposição horizontal	Sim
Integração Vertical	Sim
Setor em que há sobreposição horizontal ou integração vertical	Geração de Energia elétrica e transporte de gás natural por dutos
Participação de mercado	Reduzida

### V. Considerações sobre a Operação

4. A presente operação refere-se à aquisição pelo Grupo J&F do controle (100% das ações) da EPE, da GOM e da GOB. As Requerentes afirmam que, na data do fechamento, as empresas-objeto da operação passarão por uma reestruturação societária, dentro do próprio Grupo AEI, motivado por algumas dívidas detidas com outras empresas do Grupo vendedor. A Operação resultará em sobreposição no mercado de energia elétrica, uma vez que o Grupo J&F não tem nenhuma atividade no setor de gás natural, mas sim no de geração de energia elétrica.

5. O Grupo J&F possui participação em usinas geradoras de energia elétrica, em operação e em construção, no Sistema Interligado Nacional (SIN), com capacidade instalada total de 474 MW. No Subsistema Nordeste. O Grupo J&F possui dois complexos eólicos em construção [1], com capacidade instalada prevista de 248 MW, e, no Sudeste/Centro-Oeste, possui uma termelétrica com capacidade instalada de 226 MW [2]. A UTE Cuiabá, uma das empresas-objeto desta Operação (e a única com atuação no mercado brasileiro de geração de energia elétrica), tem potência instalada de 529,2 MW no Subsistema SE/CO. Desta forma, constata-se que haveria sobreposição horizontal na geração de energia elétrica em 4 cenários possíveis: considerando todas as matrizes do SIN, na geração na matriz térmica considerando o SIN, no Subsistema SE/CO considerando todas as matrizes, e na geração na matriz térmica considerando o Subsistema SE/CO.



6. Após a Operação, o Grupo J&F terá uma capacidade instalada de 1.003,2 MW, o que corresponde a 0,74% [3] do total da capacidade instalada de geração de energia elétrica do SIN, considerando todas as matrizes. Na matriz termoeletrica, o Grupo J&F terá uma capacidade instalada de 755,2 MW do SIN, o que corresponde a 1,99% [4] do total. No Subsistema SE/CO, o Grupo J&F terá uma capacidade instalada de 755,2 MW considerando todas as matrizes, o que corresponde a 0,90% [5] do total. No Subsistema SE/CO, considerando apenas a matriz térmica, o Grupo J&F terá uma capacidade instalada de 755,2 MW, o que corresponde a 3,56% [6] do total.

7. No que se refere à integração vertical das atividades do Grupo J&F na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, esta suposta integração não concede ao Grupo J&F possibilidade de fechamento de mercado, dada a reduzida participação de mercado do Grupo J&F na geração de energia elétrica no país. Além disso, a transmissão de energia elétrica é um monopólio natural regulado pela ANEEL, o que minimizaria ainda mais a possibilidade de fechamento de mercado em decorrência desta operação..

8. Por todo o exposto, conclui-se que a presente operação não acarreta prejuízos ao ambiente concorrencial no país.

## VI. Cláusula de Não-Concorrência

9. Não há.

## VII. Recomendação

10. Aprovação sem restrições.

Estas as conclusões. Encaminhe-se ao Sr. Superintendente-Geral.

[1] Complexo Eólico Punaú (132 MW) e Complexo Eólico Baleia (116 MW)

[2] Eldorado Celulose, termoeletrica com potência de 226 MW localizada no estado do Mato Grosso do Sul.

[3] Considera uma capacidade instalada no SIN de 134.789,5 MW. Fonte: Sistema BIG/ANEEL (acessado em 25/02/2015).

[4] Considera uma capacidade instalada de usinas termoeletricas no SIN de 37.875,9 MW. Fonte: Sistema BIG/ANEEL (acessado em 25/02/2015).

[5] Considera uma capacidade instalada do Subsistema SE/CO de 84.007,1 MW. Fonte: Sistema BIG/ANEEL (acessado em 25/02/2015).

[6] Considera uma capacidade instalada de usinas termoeletricas no Subsistema SE/CO de 21.193,7 MW. Fonte: Sistema BIG/ANEEL (acessado em 25/02/2015).



Documento assinado eletronicamente por **Demétrio Matos Tomázio, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 26/02/2015, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Rocha Gordilho Júnior, Coordenador(a)-Geral**, em 26/02/2015, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cade.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0026138** e o código CRC **CEE871DF**.





**Ministério da Justiça - MJ**  
**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**  
**Superintendência-Geral -SG**

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504  
Telefone: (61) 3221-8438 e Fax: (61) 3326-9733 - [www.cade.gov.br](http://www.cade.gov.br)

**DESPACHO SG Nº 238/2015**

Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Navarro Santos, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira Spina e outros. Decido pela aprovação sem restrições.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral Interino(a)**, em 26/02/2015, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cade.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0027711** e o código CRC **B9B0442C**.

**Referência:** Processo nº 08700.000763/2015-60

SEI nº 0027711



**Ministério da Justiça****CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA  
ECONÔMICA****DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL****CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

58ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO  
REQUERIMENTO Nº 08700.003191/2013-09

Requerentes: Samsung Semiconductor, Inc. e outros  
Advogados: Barbara Rosenberg, José Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho e Lílían M. Monteiro Cintra de Melo  
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho nº 30/2015/PRESIDÊNCIA.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.  
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA  
Secretário do Plenário  
Substituto

**SUPERINTENDÊNCIA-GERAL****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL**  
Em 26 de janeiro de 2015

Nº 236 - Ato de Concentração nº 08700.000439/2015-41. Requerentes: Clariant S.A., Companhia Brasileira de Bentonita Ltda. Advogados: Mario Roberto Villanova Nogueira, Bruno de Luca Drago, Paola Regina Petrozziello Pugliese. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 237 - Ato de Concentração nº 08700.005384/2014-85. Requerentes: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda, Basf S/A, Bayer S.A., Cheminova Brasil Ltda, Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda, Dow Agrosience Industrial Ltda, Du Pont do Brasil S.A, FMC Química do Brasil Ltda, Iharabras S/A - Indústrias Químicas, Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda, ISK Biosciences do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda, Adama Brasil S.A, Monsanto do Brasil Ltda, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A, Sumitomo Chemical do Brasil Ltda, Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 238 - Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Navarro Santos, Cristianne Saccab Zarzur, Lílían Barreira Spina e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 239 - Ato de Concentração nº 08700.011538/2014-78. Requerentes: Ecolab INC, Clariant S.A. Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Cailiari e outros. Natureza da operação: Aquisição de ativos. Setor econômico envolvido: Produtos químicos para tratamento de água. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES  
Interino

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE  
DE SEGURANÇA PRIVADA****ALVARÁ Nº 489, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17837 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INFINITO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.193.115/0001-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
2 (duas) Carabinas calibre 38  
80 (oitenta) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 504, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/407 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASAV COLEGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, CNPJ nº 92.959.006/0019-38 para atuar no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 576, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17897 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HEATING COOLING TECNOLOGIA TERMICA LTDA, CNPJ nº 44.124.899/0001-20, para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 581, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17285 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa PRUDENCIA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.014.776/0001-70, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 602, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12466 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SESP - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.222.115/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 150/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 624, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/401 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UCSAL - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR, CNPJ nº 15.208.341/0001-24 para atuar na Bahia.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 640, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17264 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OTIMIZA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.221.859/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 271/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 652, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/475 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUMINEX- INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE ALUMINIO LTDA, CNPJ nº 01.413.347/0001-29 para atuar no Ceará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 665, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/651 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.888.686/0001-00, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
6 (seis) Revólveres calibre 38  
120 (cento e vinte) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 672, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/258 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCUDO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.165.357/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 364/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 696, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/471 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLY VAC SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, CNPJ nº 43.655.612/0001-25 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

**ALVARÁ Nº 699, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/314 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORPAN - ORGANIZACAO PANAMERICANA DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.137.100/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 316/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

**ALVARÁ Nº 709, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/515 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS JARDIM GRANJA OLGA I, CNPJ nº 60.117.611/0001-46 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto



**Ministério da Justiça - MJ**

**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504

Telefone: (61) 3221-8443 e Fax: (61) 3326-9733 - [www.cade.gov.br](http://www.cade.gov.br)

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO E DOU FÉ QUE**, nesta data transcorreu em branco o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, transitando em julgado o processo em epígrafe. Certifico ainda, que o processo foi concluído e arquivado, tendo em vista o despacho de aprovação Nº 238 publicado no Diário Oficial da União de 27/02/2015, seção 1, pág. 100.



Documento assinado eletronicamente por **Karine da Silva Lustosa, Agente Administrativo**, em 17/03/2015, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cade.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0035545** e o código CRC **61ADB37E**.

**Referência:** Processo nº 08700.000763/2015-60

SEI nº 0035545